

**AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA**  
**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**LUANA DE OLIVEIRA TRINDADE**

**NFE MODELO 4.0: Impactos causados no comércio de Juína com a implantação da  
versão 4.0**

**Juína-MT**

**2018**

**AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA**  
**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**LUANA DE OLIVEIRA TRINDADE**

**NFE MODELO 4.0: Impactos causados no comércio de Juína com a implantação da  
versão 4.0**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração, da AJES - Faculdade do vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Administração, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Esp. Jaqueline da Silva Marques.

**Juína-MT**

**2018**

**AJES - FACULDADE DO VALE DO JURUENA**

**BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

TRINDADE, Luana De Oliveira. **NFE 4.0:** Impactos causados no comércio de Juína com a implantação da versão 4.0. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) AJES - Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, 2018.

**Data da defesa:** 05 de novembro de 2018.

**MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:**

---

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Jaqueline da Silva Marques**

AJES

---

**Membro Titular: Prof<sup>a</sup>. Esp. Antonielle Pagnussat**

AJES

---

**Membro Titular: Me. Ricardo Zamperetti**

AJES

**Local:** Academia Juinense de Ensino Superior

AJES - Faculdade do Vale do Juruena

**AJES – Unidade Sede, Juína - MT**

## **DECLARAÇÃO DE AUTOR**

*Eu, Luana de Oliveira Trindade, portadora da Cédula de Identidade RG nº 2517359-6 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF sob nº 053.789.851-45, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado NFE 4.0: Impactos causados no comércio de Juína com a implantação da versão 4.0, pode ser parcialmente utilizado, desde que se faça referência à fonte e ao autor.*

*Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.*

Juína/MT, 05 de Novembro de 2018.

---

**LUANA DE OLIVEIRA TRINDADE**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho inteiramente à minha mãe, obrigada por  
sempre acreditar em mim.

## AGRADECIMENTOS

Tenho gratidão a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste curso, a todas as pessoas que acreditaram ou até mesmo desacreditaram de mim, pois de alguma forma me ajudaram a crescer e ser uma pessoa melhor.

Em primeiro lugar agradecer à minha Mãe, que sempre me motivou e deu forças nos momentos mais difíceis e até mesmo por me esperar chegar em casa as onze da noite todos os dias, sem reclamar ou dizer que isso sempre foi um sacrifício.

Aos meus familiares maternos que nunca deixaram de motivar e incentivar, em especial meus segundos pais Marta e Milton que nunca mediram esforços para me ensinar e ajudar.

Ao meu amigo e orientador Fábio Correa, pessoa extraordinária, ao qual pude conhecer e compartilhar parte de minha vida e até mesmo problemas, que nunca mediu esforços para me ajudar, muito obrigada!

Agradecer também à professora Jaqueline da Silva Marques, que no meio dessa trajetória tornou-se minha orientadora, obrigada pela dedicação, pelo tempo disponibilizado e pelo apoio. E a todos os professores que passaram por mim ao longo desses quatro anos, compartilhando seus conhecimentos e ensinamentos, muito obrigada por me tornar uma pessoa melhor.

Às minhas amigas Larissa Pereira, Ester Bizerra, Luana Casagrande, Karina de Oliveira Lange que sempre estiveram comigo para dar aquele “ombro amigo”, também não poderia faltar você, Francieli Marquezzan, obrigada por todo apoio dentro e fora da faculdade para que eu conseguisse permanecer na mesma com minha bolsa de estudo 100% integral, você é muito especial pra mim.

Ao meu amigo confidente Cristiano André Fernandes, pois no dia de desespero, quando pensei em jogar muitas coisas pro “alto”, me acalmou, me deu um abraço e disse que era para eu acreditar que tudo daria certo e, você tinha razão deu tudo certo.

Agradecer de forma em especial a todas as pessoas que compõem o quadro de funcionários dessa faculdade, pessoal da secretaria, direção, coordenação, limpeza, T.I, tia do “xerox”, enfim todos que de alguma forma contribuíram com meu aprendizado mesmo que indiretamente.

E por fim dizer: Obrigada Deus! Você é o Cara.

## EPÍGRAFE

*“O sucesso é a soma de pequenos esforços repetidos dia após dia” (Robert Collier).*

## RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é mostrar os impactos causados no comércio de Juína com a implantação da nova versão da nota fiscal eletrônica 4.0, dentre seus objetivos específicos que são: Dispor sobre os processos de uma empresa para atender as regulamentações da nota fiscal eletrônica; Apresentar as principais mudanças da NF-e, versão 4,0 e avaliar os impactos causados no comercio de Juina-MT. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: A pesquisa bibliográfica e exploratória, com um questionário aplicado nas empresas demonstrando suas opiniões e formas que as mesmas acreditam sobre essas alterações, como isso pode ajudar nas empresas, e no controle do fisco, aonde as mesmas puderam dar a sua contribuição, sobre como enfrentam essas alterações e se estão preparadas para essa implantação. Os resultados encontrados foram que a maioria das empresas não estão sabendo dessas alterações, ou não estão sendo assessoradas pelos contadores da empresa, causando muitas vezes prejuízos para as organizações. Sendo assim as empresas devem buscar estar mais próximas dos portais de comunicação da SEFAZ e Receita Federal e de seus contadores, a fim de diminuir os impactos causados nas empresas por falta de informação.

**Palavras-Chave:** Comércio; Nota Fiscal Eletrônica; Versão 4.0.

## **ABSTRACT**

The main objective of this work is to show the impacts caused in the Juina commerce with the implementation of the new version of the electronic fiscal note 4.0, among its specific objectives that are: To dispose on the processes of a company to meet the regulations of the electronic invoice; Present the main changes of the NF-e, version 4.0 and evaluate the impacts caused in the trade of Juina-MT. The methodological procedures used were: The bibliographic and exploratory research, with a questionnaire applied in the companies demonstrating their opinions and forms that they believe about these alterations, how that can help in the companies, and in the control of the treasury, where the same They could give their contribution, on how those alterations are faced and if they are prepared for that implantation. The results found were that most of the companies do not know about these alterations, or they are not being advised by the accountants of the company, often causing damages for the organizations. Thus, companies should seek to be closer to the communication portals of SEFAZ and the Federal Revenue Service and their accountants, in order to reduce the impacts caused to companies due to lack of information.

**Keywords:** Commerce; Electronic Invoice; Version 4.0.

## **LISTA DE SIGLAS**

B2B	Business to Business
CEST	Código especificador da substituição tributária
ENAT	Encontro nacional dos administradores tributários
ENCAT	Encontro nacional dos contadores e administradores tributários
NCM	Nomenclatura comum do Mercosul
POS	Posto de vendas

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Erro na emissão por falta de NCM .....	28
Figura 2 - Erro na emissão da NF-e por falta do código de barras .....	29
Figura 3 - Erro na emissão da NF-e por uso de Protocolo desatualizado .....	29
Figura 4 - Código de barras EAN-8.....	35
Figura 5 - Código de barras UPC- 12 .....	36
Figura 6 - Código de barras EAN-13.....	36
Figura 7 - Código de barras DUN-14 .....	36

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Benefícios para o destinatário da NF-e.....	24
Quadro 2: Benefícios para o fisco.....	25
Quadro 3: Etapas da emissão e transmissão da NF-e .....	26
Quadro 4: Formas de pagamento da NF-e .....	32
Quadro 5: Indicadores da NF-e .....	33
Quadro 6: Grupos de CNAES .....	37
Quadro 7: Informações obrigatórias no cadastro do GTIN.....	38
Quadro 8: Motivos de não atendimento da solicitação da NF-e.....	39

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Cargo .....	43
Gráfico 2: Tempo de Utilização da NF-e .....	44
Gráfico 3: Ciente sobre a implantação .....	44
Gráfico 4: Conhecimento das alterações.....	45
Gráfico 5: Mudanças que a Receita Federal propõe .....	46
Gráfico 6: Gastos com implantações .....	46
Gráfico 7: Setores envolvidos .....	47
Gráfico 8: Vantagens da NF-e.....	48
Gráfico 9: Percepção da empresa/contador .....	48
Gráfico 10: Acesso a Receita Federal .....	49

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 REFERÊNCIAL TEÓRICO</b> .....	18
1.1 O CONTEXTO E A LEGISLAÇÃO FISCAL.....	18
1.1.1 Sistema tributário brasileiro.....	19
1.1.1.1 Evasão fiscal no brasil .....	20
1.2 PROJETO NOTA FISCAL ELETRÔNICA .....	22
1.2.1 Histórico do projeto nota fiscal eletrônica.....	22
1.2.2 Objetivos do projeto nota fiscal eletrônica .....	22
1.2.3 Justificativa do projeto nota fiscal eletrônica .....	23
1.2.4 Benefícios do projeto nota fiscal eletrônica.....	23
1.2.4.1 Benefícios para o emitente.....	24
1.2.4.2 Benefícios para o destinatário da nota fiscal eletrônica .....	24
1.2.4.3 Benefícios para o fisco .....	25
1.2.4.4 Benefícios para a sociedade .....	25
1.2.5 Conceito de NF-e .....	25
1.2.6 Utilização e emissão da nota discal eletrônica.....	26
1.2.6.1 Utilização da nota fiscal eletrônica .....	26
1.2.6.2 Emissão e transmissão da nota fiscal eletrônica .....	26
1.2.6.3 Erros na emissão da nota fiscal eletrônica.....	27
1.2.7 Gestão de processos de uma empresa para atender as regulamentações da NF-e .....	30
1.3 NF-e 4.0.....	30
1.4 PRINCIPAIS MUDANÇAS.....	31
1.4.1 Protocolo TLS .....	31
1.4.2 Fundo do combate à pobreza .....	32
1.4.3 Indicador da forma de pagamento.....	32
1.4.4 Identificação de presença.....	33
1.4.5 Código de barras .....	33
1.4.5.1 Conceito de código de barras.....	34
1.4.5.2 Tipos de código de barras .....	35
1.4.5.3 Utilização do código de barras na NF-e .....	37
1.4.5.4 Benefícios do uso de código de barras .....	39
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	41

2.1 COLETA DE DADOS .....	42
<b>3 RESULTADOS .....</b>	<b>43</b>
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>50</b>
<b>5 SUGESTÕES DE MELHORIAS .....</b>	<b>51</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>52</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>53</b>
<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>57</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

O SPED (Sistema Público de Escrituração Digital) iniciou com três grandes projetos que foram a Escrituração Contábil Digital, Escrituração Fiscal Digital e implementação da Nota Fiscal Eletrônica, visando benefícios e modernização na forma como as empresas transmitem suas informações de forma rápida e em tempo real para a base de dados da Receita Federal, possibilitando um controle mais rigoroso (RECEITA FEDERAL, 2018). Além dos benefícios citados, uma das maiores preocupações era a redução de práticas fraudulentas, como a sonegação fiscal e o fortalecimento da fiscalização por meio da troca de informações (RECEITA FEDERAL, 2018).

Todos esses processos e atualizações de *layouts* causaram um grande impacto nas empresas, tanto na forma contábil, como na estrutural de sistemas para atender a essas demandas e garantir que todas informações ocorram da forma exigida (GERON, et al, 2011). Segundo a última pesquisa do IBGE (2014), haviam 1,6 milhões de empresas comerciais instaladas no país, em mais de 1,8 milhão de locais, as mesmas obtiveram uma renda líquida de 3,0 trilhões de reais de receita.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indica que 98% das empresas que compõem o setor terciário, onde está inserido o comércio brasileiro, são formados por microempresas (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR apud PENA, 2018).

Muitas das micro e pequenas empresas não estão preocupadas com o processo de inovação ou mudanças que o meio externo exige, tratando somente dos problemas imediatos, sem pensar em um planejamento para quando a mudança chegar estarem preparadas, sendo assim acabam realizando as mudanças tarde demais, não viabilizando uma mudança de qualidade (BESSANT; TIDD, 2009).

A NF-e está em constante mudança para melhor se adequar às normas impostas pela Receita Federal como forma de sincronização de dados e transações a fim de evitar evasões fiscais, algumas dessas alterações que vem ocorrendo na versão 4.0 são: Protocolo TLS, fundo de combate à pobreza, indicador da forma de pagamento, indicador de presença e o código de barras (RECEITA FEDERAL, 2018).

Diante desse cenário e da quantidade de empresas do ramo de comércio de Juína, o presente trabalho traz o seguinte problema de pesquisa: NF-e 4.0: Quais os impactos causados no Comércio de Juína com a implantação da versão 4.0?

O objetivo geral dessa pesquisa é identificar os impactos provocados no comércio de Juína devido às novas regulamentações impostas pelas normativas da versão 4.0 da nota fiscal eletrônica. Os objetivos específicos são: Dispor sobre os processos de uma empresa para atender as regulamentações da Nota Fiscal Eletrônica; Apresentar as principais mudanças da Nota Fiscal Eletrônica, versão 4.0; Avaliar os impactos causados no Comércio de Juína-MT com a implantação da nossa versão da NF-e 4.0.

Visto que as alterações que vem ocorrendo no modelo de NFE's como forma de garantir mais segurança e menos evasão fiscal ao fisco, automaticamente reduzir a burocracia do nosso país, é motivo de grande reclamação pelos usuários de Nota Fiscal (RECEITA FEDERAL, 2008).

As empresas de Juína poderão dar a sua opinião na pesquisa sobre as mudanças da Nota Fiscal Eletrônica, opinar como elas encaram essa situação ou se estão sabendo dessas alterações, o que também contribuirá para a literatura como uma pesquisa sobre a nova versão da NF-e 4.0.

Para o aprendizado científico do ramo da Administração é de suma importância a oportunidade de adquirir conhecimento dos impactos causados nas empresas quanto aos processos legais de emissão de documentos fiscais para cumprir as exigências governamentais.

Já para a acadêmica é uma forma de colocar em prática os estudos, através da pesquisa realizada no comércio de Juína, adquirindo ainda mais conhecimento e experiência para sua formação acadêmica, contribuindo para a excelência profissional em administração de empresas e, ao mesmo tempo, elaborar um Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharel em Administração.

Este trabalho se limita à mostrar os impactos causados exclusivamente no comércio de Juína, não cabendo avaliar os impactos por qualquer outro ramo de atividade na cidade.

Os impactos encontrados nessa pesquisa foram a falta de conhecimento das empresas sobre as alterações que a versão da NF-e 4.0 trouxe, causando mudanças no setor tecnológico e até mesmo custos para as empresas.

Outro grande impacto foi a falta do repasse dessas informações por parte do contador e por falta das empresas buscarem os mesmos ou acessarem os portais do fisco para saber dessas informações.

## 1 REFERÊNCIAL TEÓRICO

Neste referencial será tratado do contexto e da situação do Brasil em relação à evasão fiscal, também será descrito o projeto da nota fiscal eletrônica, desde seu histórico até a atualidade, a da NF-e 4.0 e suas alterações e mudanças que deverá ocorrer nas empresas.

### 1.1 O CONTEXTO E A LEGISLAÇÃO FISCAL

Atualmente o Brasil como país emergente conta com grande quantidade de microempresas instaladas no país, muitas por oportunidades de negócio, outras por necessidade, e muitas encerram em menos de três anos. De acordo com o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (2018), o país possui 6,4 milhões de micro e pequenas empresas, em que 52% dos trabalhos com carteira assinada do setor privado no país vem desse tipo de empresa.

Nos últimos quatro anos, a legislação do país, cada dia mais exigente, fez com que grandes empresas como montadoras, multinacionais entre outras de grande porte se desinstalasse do país e fossem para países como Paraguai, onde a legislação e a carga tributária é ainda menor e, conseqüentemente, as empresas possuem mais lucros nesses lugares (CARNEIRO, 2017).

Os impostos incidem sobre aqueles que possuem maiores condições de suportá-los, aqueles que possuem um maior lucro (OLIVEIRA, 2001 apud BOSCHETTI; SALVADOR, 2006). Existem duas maneiras das empresas reduzirem seus gastos com impostos, seja ela usando de benefícios, incentivos e outra é utilizando meios de evasão fiscal com o governo (SCHOURI, 2010).

A elevada carga tributária no Brasil é um dos fatores mais apontados pelos empresários brasileiros, dentre outros problemas relacionados à dificuldade das empresas, registram-se as questões de treinamento, infraestrutura, falta de crédito bancário, entre outras dificuldades. (GEM, 2014).

O planejamento tributário é uma das formas de obter uma redução nos impostos enfrentados pelas empresas para atender a legislação, evitando perda de dinheiro por cobranças desnecessárias. Mas, para a empresa usufruir disso, deve estar bem assessorada

com contadores e outros especialistas que saibam realizar esse planejamento. (OLIVEIRA et al. 2014).

### 1.1.1 Sistema tributário brasileiro

Diariamente os brasileiros possuem alguma espécie de tributo para pagar, seja diretamente ou indiretamente, a maioria da população e das empresas possuem reclamações da forma como são prestados os serviços pelo governo e como o dinheiro arrecadado dos tributos são investidos no país, haja vista o tanto que é desviado dos investimentos e cobrado novamente da população. No resumo da obra, a população que sofre com a falta de saúde, educação, moradia, lazer entre outros fatores. (IBPT, 2017).

De acordo com o Código Tributário Nacional, Art. 3: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”. (CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, 2012).

O artigo 5º do Código Tributário Nacional afirma que “Tributo são impostos, taxas e contribuições de melhoria”. Atualmente o Brasil possui 93 tipos de tributos cobrados de diversas formas, distribuídos em: impostos, taxas de melhorias, contribuições, entre outros, dentre os mais destacados está o ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias), IPVA (Imposto de Veículos Automotores), ISS (Imposto Sobre Serviço) (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2017). Os impostos cobrados no Brasil são fatores que atrapalham o crescimento e a competitividade das empresas, pois a carga tributária é excessiva e isso faz o país a regredir. (BRANCO, 2014).

Os tributos que as empresas pagam diretamente são: ICMS, IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), IPI (Imposto Sobre o produto Industrializado), ISS, PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição da Seguridade Social), INSS (Imposto Nacional de Seguridade Social), II (Imposto Sobre as Importações). (SEBRAE, 2018).

Com isso o Brasil destaca-se por ter uma das maiores cargas tributárias do mundo, assim como desigualdade social também, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2016), os brasileiros pagam aproximadamente 34% do valor da economia em tributos e taxas. O governo não consegue administrar o recurso que arrecada por

conta do mal planejamento feito, corrupção, má distribuição, gerando desigualdade em todos os níveis.

De acordo com Nakatani e Oliveira (2009), o fato da carga tributária ser alta, diminui a produção nacional do país.

A elevada carga tributária, assim como sua composição, em que é significativo o peso de impostos e contribuições de incidência cumulativa (em cascata), aumentam o – custo-Brasil, reduzem a competitividade da produção nacional, limita a expansão do mercado interno e encarecem o investimento, inibindo a expansão da capacidade produtiva (NAKATANI; OLIVEIRA 2009, p. 36).

Dessa forma, muitas empresas optam pelo lado da sonegação de impostos, outro fator preocupante no país, pois não há um controle total desse tipo de “manobra” que ocorre no setor fiscal. Quando o governo consegue obter um controle, as empresas encontram outra forma de sonegar por não conseguirem pagar os tributos e verificarem que o dinheiro não é investido corretamente, de forma que a evasão fiscal toma conta do país em todas as áreas. (XAVIER, Apud NUNES, 2017).

#### 1.1.1.1 Evasão Fiscal no Brasil

De acordo com Martins (2001):

A evasão tributária é a economia ilícita ou fraudulenta de tributos porque sua realização passa necessariamente pelo incumprimento de regras de conduta tributária ou pela utilização de fraudes. A transgressão às regras tributárias caracteriza a evasão (MARTINS, 2001, p. 30).

Iniciar uma empresa no Brasil é algo de grande incerteza em razão dos altos impostos cobrados, assim não há como fugir, por isso ao abrir uma empresa deve-se conhecer bem as contas e realizar testes para verificar a viabilidade. (MACHADO, 2014).

As empresas possuem uma lista imensa de obrigações a pagar como: os custos da produtividade, folha de pagamento, prejuízos da empresa, manutenção entre outros e o valor dos tributos incidem como uma bomba sobre elas, o lucro muitas vezes fica depositado no valor dos tributos, chegando não compensar possuir uma empresa. (XAVIER apud NUNES, 2017). As mesmas omitem documentos, valores, declarações de renda, tudo que possa contribuir para o aumento desses tributos, gerando o problema de evasão fiscal do país. (IBPT, 2009).

O Brasil possui uma lei específica para de Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo (LEI Nº 8.137/90) art, 1º e 2º:

Art. 1º - Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

- I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;
- II - fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal;
- III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;
- IV - elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;
- V - negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação.

Parágrafo único. A falta de atendimento da exigência da autoridade, no prazo de 10 (dez) dias, que poderá ser convertida em horas em razão da maior ou menor complexidade da matéria ou da dificuldade quanto ao atendimento da exigência, caracteriza a infração prevista no inciso “V”.

Art. 2º - Constitui crime da mesma natureza:

- I - fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;
- II - deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos;
- III - exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiário, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto ou de contribuição como incentivo fiscal;
- IV - deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento;
- V - utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permita ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à Fazenda Pública (BRASIL, LEI Nº 8.137/90).

As penas aplicadas sobre qualquer crime cometido nos artigos acima variam de seis meses a cinco anos de prisão, dependendo do crime executado (BRASIL, 1990). Como no Brasil até o ano de 2005 não havia um controle integrado e informatizado das notas fiscais, isso ocorria com mais frequência ainda, pois as eram realizadas manualmente e depois transferidas aos escritórios de contabilidade dos órgãos competentes, sendo assim impossível um total controle de valores de compra e venda em todas as empresas do país (ENCAT, 2005). A fim de reduzir os crimes de evasão fiscal que mais ocorrem no país, houve se a necessidade de criar a NF-e, a Nota Fiscal Eletrônica. (ENCAT, 2005).

## 1.2 PROJETO NOTA FISCAL ELETRÔNICA

O projeto Nota Fiscal Eletrônica ocorreu por conta dos problemas enfrentados pela evasão fiscal, ambientais e carga elevada e repetitivas de trabalhos na digitalização de documentos a fim de fiscalizar as empresas em seus documentos emitidos e declarados. (BRASIL, 2005).

### 1.2.1 Histórico do projeto nota fiscal eletrônica

Para atender esta iniciativa, foi realizado nos dias 15 a 17 de julho de 2005, na cidade de Salvador, o 1º ENAT, Encontro Nacional dos Administradores Tributários, reunindo os representantes tributários dos municípios e Distrito Federal.

Nesse encontro foram buscadas soluções para as três esferas de governo obter uma padronização e qualidade de informações; racionalização de custos da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; na possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; eficácia da fiscalização; possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimento. (ENAT, 2005).

No dia 27 de abril de 2005, foi realizada uma nova reunião de alinhamento do projeto com os mesmos componentes do ENAT, onde foi definido que a SRF (Secretaria da Receita Federal) também iria participar do projeto (ENAT, 2005). O último encontro do Projeto Nota Fiscal Eletrônica foi realizado no final de agosto de 2005, definida a implantação da Nota fiscal Eletrônica, sendo o projeto e coordenação por conta do ENCAT (Encontro Nacional dos Contadores e Administradores Tributários Estaduais) com a participação efetiva da Receita Federal do Brasil. (ENCAT, 2005).

### 1.2.2 Objetivos do projeto nota fiscal eletrônica

De acordo com o projeto da Nota Fiscal Eletrônica seu principal objetivo seria a implantação de um modelo de NF-e que atenderia todas as necessidades de fornecedores, compradores, estado e sociedade, a fim de que fosse um documento eletrônico, para reduzir a emissão de papel e para o fisco ter um total controle sobre as operações comerciais em tempo hábil (PROJETO DA NF-e ELETRÔNICA, 2005). As empresas necessitariam sair da cultura

do papel e passar à era digital, a fim de seguir com os critérios estabelecidos na medida Provisória 2.200, da presidência da República. (RECEITA FEDERAL, 2018).

### 1.2.3 Justificativa do projeto nota fiscal eletrônica

O projeto da Nota Fiscal Eletrônica se fundamentava na dificuldade que o governo encontrava em conseguir reunir todas as informações necessárias para o controle do fisco nas relações comerciais, o que já havia sido algo de grande debate nas administrações tributárias do país, especialmente pela grande desigualdade social em que se vive. (RECEITA FEDERAL, 2018).

Os cidadãos enxergavam a forma do governo manter esse controle como algo defasado, sem muitos avanços, conseqüentemente, sem controle. As administrações tributárias enfrentavam um grande desafio, nos processos de globalização e ao mesmo tempo na digitalização das folhas de papel de todas as movimentações comerciais realizadas. As funções das empresas e contribuintes cresciam em um ritmo acelerado e o governo necessitava encontrar uma forma de obter um controle e evitar a evasão tributária. (RECEITA FEDERAL, 2018).

Outro grande problema era a burocracia enfrentada pelos cidadãos e a quantidade de mão de obra para administrar todos esses documentos em papel, causando um custo elevado ao governo e contribuintes (RECEITA FEDERAL, 2018). Sendo assim, o projeto se justificava pela redução de documentos em papel, integração das operações comerciais com obrigações tributárias, diminuindo a burocracia e os custos de mão de obra. (PROJETO DA NF-e ELETRÔNICA, 2005).

### 1.2.4 Benefícios do projeto nota fiscal eletrônica

O projeto nota fiscal eletrônica trouxe benefícios para todos envolvidos nas relações comerciais, atendendo ao SPED (Sistema Público de Escrituração Digital), assim de alguma forma todos foram beneficiados. (RECEITA FEDERAL, 2018).

#### 1.2.4.1 Benefícios para o emitente

O emitente da nota fiscal eletrônica teve como benefício, redução de custos administrativos, de burocracias e atrasos nas entregas de produtos (RECEITA FEDERAL, 2018). Para quem era o emitente da NF-e houve a redução de custos de impressão; menor custo de papel; de envio dos documentos e menor custo de armazenagem de documentos fiscais. (RECEITA FEDERAL, 2018).

Houve ainda a simplificação de obrigações acessórias tendo como destaque a dispensa do AIDF; os caminhões menos parados nos postos fiscais e incentivos de relacionamentos eletrônicos com clientes (Business to Business - B2B) (RECEITA FEDERAL, 2018). Automaticamente as empresas obtiveram mais lucros com essa redução de gastos e burocracias, tornando mais atraente a implantação da NF-e para os empresários. (RECEITA FEDERAL, 2018).

#### 1.2.4.2 Benefícios para o destinatário da nota fiscal eletrônica

Os destinatários da NF-e tiveram uma grande redução da mão de obra pelo fato de reduzir vários serviços realizados com a nota fiscal manual ou impressa. (PROJETO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, 2005).

Os destinatários da NF-e possuíram como benefícios:

Quadro 1: Benefícios para o destinatário da NF-e

<b>BENEFÍCIOS PARA O DESTINATÁRIO DA NFE</b>
Redução de digitalização das NF-e;
Eliminação de erros na escrituração devido aos erros de digitalização
Acompanhamento da mercadoria através do arquivo de NF-e
Incentivo ao B2B ( <i>Business to Business</i> )

Fonte: Adaptado do projeto da nota fiscal eletrônica, 2005.

O que ajudou o desenvolvimento e diminuiu a burocratização do sistema de Notas Fiscais do país, tornando tudo mais rápido e eficiente. (PROJETO DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA, 2005).

#### 1.2.4.3 Benefícios para o fisco

Para o fisco foi um avanço na história, conseguiu interligar todos os que utilizam a nota fiscal, emitentes, destinatários entre outros ligados indiretamente nessa transação, conseguindo um maior controle e arrecadação nos impostos, diminuindo a evasão fiscal. (RECEITA FEDERAL, 2018).

Os benefícios de maior destaque para o Fisco foram:

Quadro 2: Benefícios para o fisco

<b>BENEFÍCIOS PARA O FISCO</b>
Aumento de confiabilidade da Nota fiscal.
Melhoria no processo de controle fiscal tendo um maior de compartilhamento de informações entre os fiscos.
Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito.
Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação de tributos, que é o foco para diminuir a evasão fiscal.
Suporte a escrituração contábil e fiscal da Receita Federal e demais Fazendas.

Fonte: Adaptado do projeto da nota fiscal eletrônica, 2005.

#### 1.2.4.4 Benefícios para a sociedade

Até mesmo a sociedade se beneficiou, de forma indireta com a implantação da NF-e, que foram: A diminuição do consumo de papel; Aumento da tecnologia e do uso do comércio eletrônico; Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre as empresas e oportunidades de negócios com o novo sistema de NF-e. (ENAT, 2005).

#### 1.2.5 Conceito de NF-e

De acordo com o projeto define-se que a NF-e é:

Um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com intuito de documentar uma operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço, ocorrida entre as partes, cuja validade jurídica é

garantida pela assinatura digital do emitente e recepção, pelo fisco, antes da ocorrência do fato gerador. (ENAT, 2005).

Segundo a Receita Federal (2018) a Nota Fiscal Eletrônica é um avanço na parte tributária do país, seguida dos tecnológicos com inúmeros benefícios para o mesmo, rapidez, segurança e on-line. (RECEITA FEDERAL, 2018).

#### 1.2.6 Utilização e emissão da nota fiscal eletrônica

##### 1.2.6.1 Utilização da nota fiscal eletrônica

A NF-e possui normas a serem seguidas para ter o nome e validade da Nota Fiscal Eletrônica, sem essas características a NF-e não pode ser emitida (PROJETO DA NFE ELETRÔNICA, 2005). Segundo o projeto da NF-e, é um documento digital, atendendo as normas da MP 2.200/01, em formato de XML; A nota fiscal será única, terá assinatura de certificados digitais; seu layout deverá possuir os campos específicos por lei. (PROJETO DA NFE ELETRÔNICA, 2005).

Deve possuir um código de barras, chamado chave de acesso, composto por 44 números algarismos e conter o CNPJ do emissor; A mesma deve ser enviada através da internet e autorizada pelo fisco, antes de seu envio ao destinatário e da mercadoria entrar em circulação. (PROJETO DA NFE ELETRÔNICA, 2005).

Após ser emitida a NF-e não pode ser alterada, tendo somente um prazo para o cancelamento; A mesma deve seguir um número sequencial, não podendo haver duplicidade ou reaproveitamento de números; Se a administração tributária optar, pode ter o recebimento confirmado pelo destinatário. (PROJETO DA NFE ELETRÔNICA, 2005).

##### 1.2.6.2 Emissão e transmissão da nota fiscal eletrônica

A emissão e transmissão da NF-e é composto por cinco etapas, devem ser seguidas sequencialmente:

Quadro 3: Etapas da emissão e transmissão da NF-e

<b>ETAPAS DA EMISSÃO E TRANSMISSÃO DA NFE</b>	
ETAPA 01	Habilitação do contribuinte como emissor de NF-e, nessa etapa o contribuinte deve solicitar junto ao site da Secretaria de Fazenda, após ser

	realizado esta fase, o mesmo deverá apresentar os documentos e pagar as taxas exigidas, após isso será feita uma fase de teste, e a partir disso a emissão de NF-e está autorizada.
ETAPA 02	Emissão da NF-e: o emissor de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações necessárias da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente a fim de garantir a seguridade da nota, o arquivo então será transmitido pela internet para a Secretaria de Fazenda do contribuinte para a validação e autorização de uso, sem isso a mercadoria não poderá entrar em trânsito. Será impresso um DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica), onde estará a chave de acesso da NF-e que facilita a consulta da NF-e na Secretaria de Fazenda.
ETAPA 03	: Consulta da NF-e: A consulta da NF-e poderá ser realizado através do site da Secretaria de Fazenda, através da chave de acesso que consta impresso no DANFE o mesmo é composto pelo CNPJ do emissor, número e série da NF-e; Unidade de Federação do emissor e código de acesso. Além disso, poderá ser consultado o status da NF-e, a consulta também gera um protocolo de consulta realizada.
ETAPA 04	Envio de NF-e a Receita Federal do Brasil e a Secretaria de Fazenda de Destino: Após a NF-e ser enviada a Secretaria de Fazenda, a Secretaria de Fazenda então enviará para a Receita Federal, no caso de operações interestaduais a Secretaria de Fazenda do emissor enviara automaticamente para a Secretaria de Fazenda de destino, via a Rede de Informações Sintegra (Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços). No caso de embarques de mercadorias para o exterior a NF-e será transmitida para a Secretaria de Fazenda do embarque.
ETAPA 05	Confirmação de Recebimento da NF-e pelo Destinatário: O destinatário envia a Secretaria de Fazenda, a relação de NF-es realizadas, a análise eletrônica da SEFAZ irá verificar a assinatura digital do destinatário, a existência da NF-e a coerência da mesma, se estiver tudo certo a mesma devolve um protocolo ao destinatário, caso contrário será devolvida uma mensagem de erro

Fonte: Adaptado do projeto da nota fiscal eletrônica, 2005.

### 1.2.6.3 Erros na emissão da nota fiscal eletrônica

A NF-e depois de ser autorizada não pode mais ser modificada, podendo somente ser cancelada pelo emitente durante um período determinado pela SEFAZ de cada estado, a mesma só pode ser cancelada após ser autorizada pelo fisco. O emitente faz o pedido de cancelamento através da internet, com a sua assinatura digital, se não houver nenhuma restrição a Secretaria de Fazenda envia uma mensagem do emissor com o status “Cancelamento de NF-e” .(PROJETO DA NFE ELETRÔNICA, 2005).

No caso do emitente ou do fisco não poder emitir a NF-e por conta de problemas técnicos a mesma será emitida com uma mensagem em contingência, ou seja, será emitido um

comprovante em duas vias com um formulário de segurança que atenda ao regulamento do ICMS 58, de 28 de junho de 1995. (PROJETO DA NFE ELETRÔNICA, 2005).

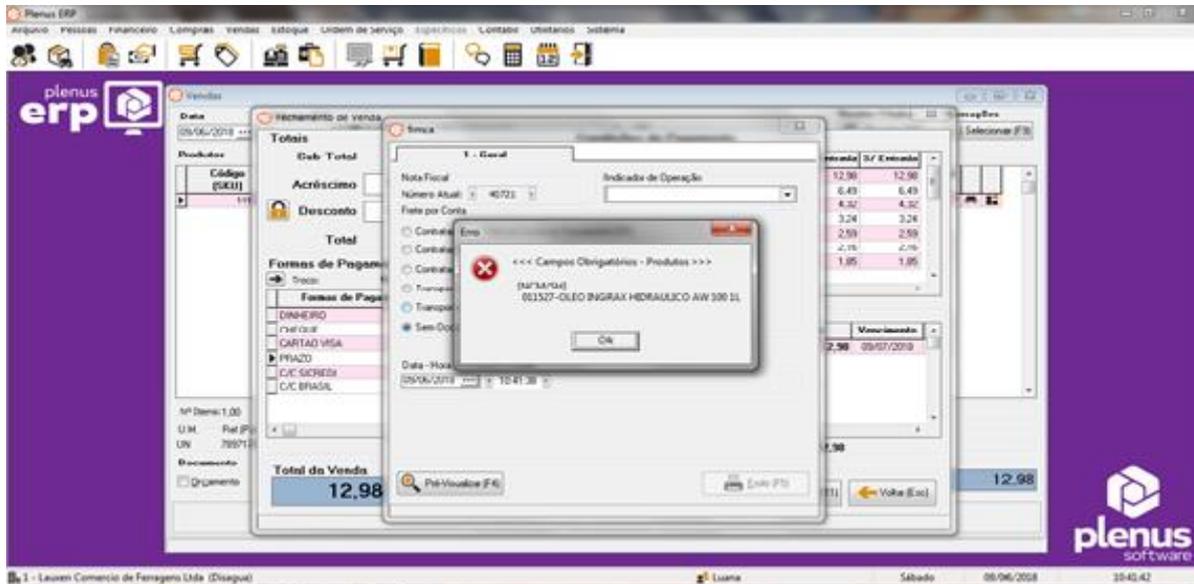
Após a resolução dos problemas técnicos, o contribuinte deverá enviar imediatamente à Secretaria de Fazenda do emissor para a validação e atualização da NF-e. (PROJETO DA NFE ELETRÔNICA, 2005).

Todos esses procedimentos deverão ser executados, a fim de reduzir qualquer tipo de erros na ordem sequencial, duplicidade entre outros problemas que podem ocorrer na emissão da NF-e. Em alguns casos na emissão da NF-e pode ocorrer erros, como problemas técnicos, falta de preenchimento de campos obrigatórios, por exemplo NCM, CEST, código de IBGE, uso de versão de protocolo errado, gerando a emissão da NF-e em contingência. (PLENUSTECH SOFTWARES, 2018).

Pode-se verificar alguns desses problemas técnicos demonstrados no sistema Plenus Software:

- Erros por falta de NCM:

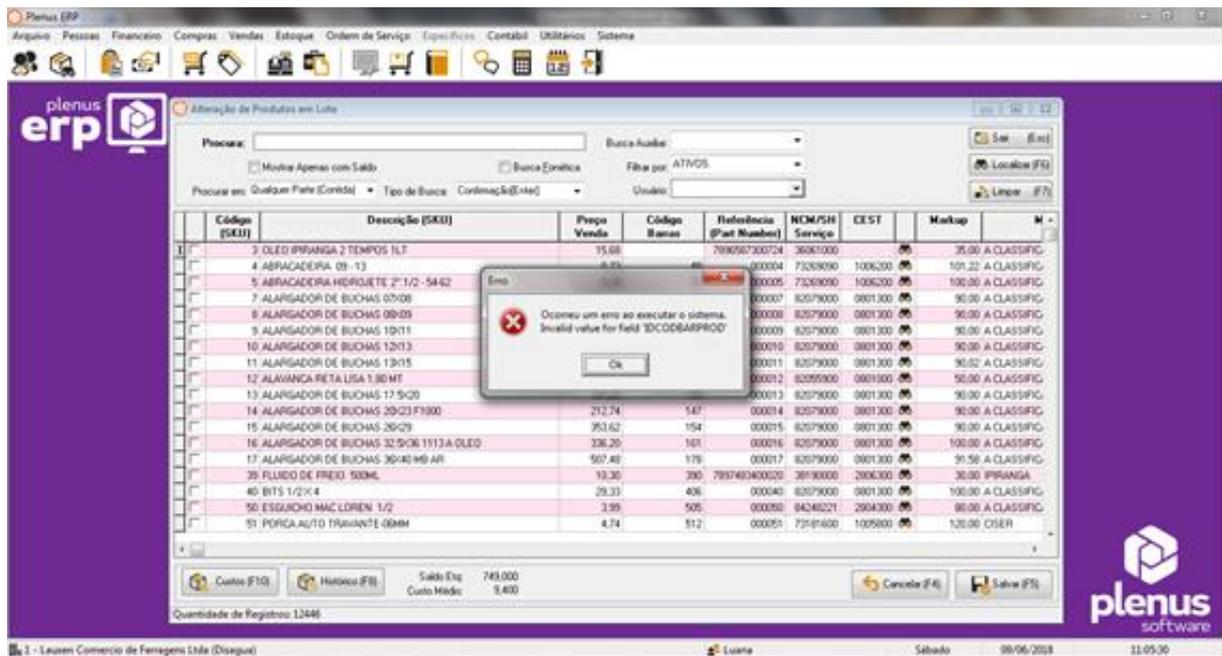
Figura 1 - Erro na emissão por falta de NCM



Fonte: Plenustech, 2018.

Erro na emissão por falta do código de barras:

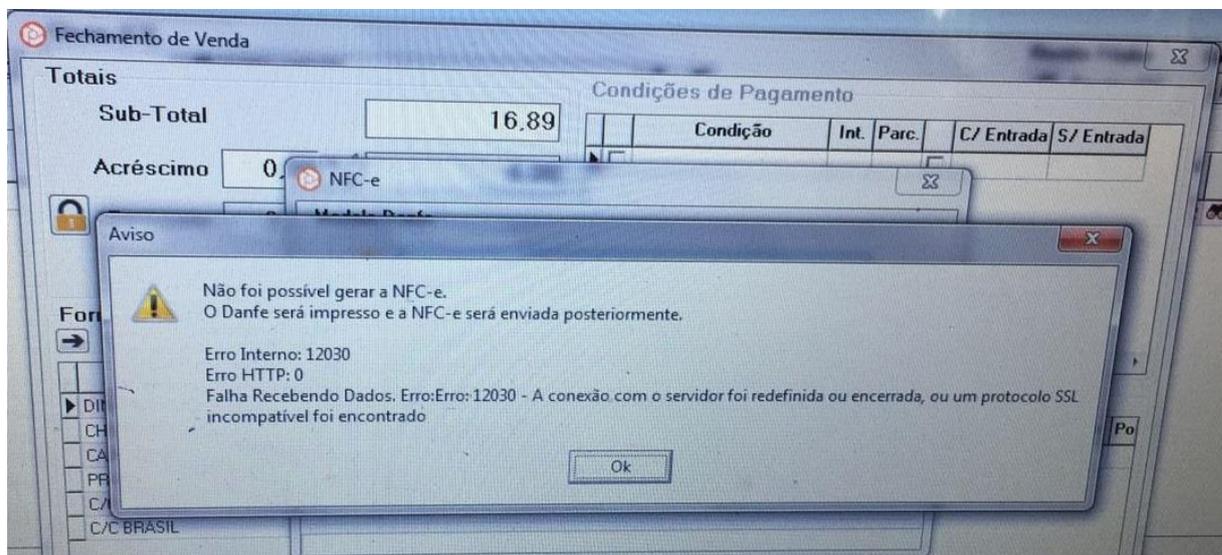
Figura 2 - Erro na emissão da NF-e por falta do código de barras



Fonte: Plenustech, 2018.

Erro na emissão da NF-e por uso de Protocolo desatualizado:

Figura 3 - Erro na emissão da NF-e por uso de Protocolo desatualizado



Fonte: Plenustech, 2018.

Após ocorrer esses erros, a NF-e aguarda em contingência até que o emissor atualize o campo obrigatório solicitado, a fim de validar e autorizar o uso da NF-e.

### 1.2.7 Gestão de processos de uma empresa para atender as regulamentações da NF-e

Para atender as regulamentações da NF-e 4.0, as empresas devem possuir os *hardwares* e *softwares* básicos como: computador com *internet*, impressora e certificado digital que melhor se enquadre com o perfil da empresa para poder emitir e transmitir a NF-e. (PORTARIA Nº 163/2007-SEFAZ de 12 de dezembro de 2007).

A empresa necessitará realizar um treinamento com seus funcionários sobre as mudanças na nova versão da NF-e, para isso terá que contratar o profissional de seu *software*, para demonstrá-las ou algum especialista em Nota Fiscal Eletrônica. Diante disso, a empresa terá que fazer um investimento nesta área garantindo suas obrigações fiscais, a emissão de NF-e. (PLENUSTECH, 2018).

Torres (2009, p. 6) afirma que “as pequenas empresas funcionam baseadas no diálogo e no contato direto”. Com isso as empresas ficam travadas e não acompanham os avanços tecnológicos na forma com que o mercado precisa.

### 1.3 NF-e 4.0

Assim como os processos organizacionais precisam de alterações e para melhor se encaixar na empresa, a NF-e também precisa fazer algumas alterações durante determinados períodos para obter melhorias e se enquadrar às novas leis de tributações que podem surgir. (NOTA TÉCNICA 2016.002).

As necessidades de alteração e mudanças na NF-e são agrupadas durante um tempo e depois são realizadas de uma única vez, de preferência a cada dois anos ou mais, o foco não é fazer essas mudanças em menos tempo que esse período por conta dos impactos que ocorrem com a implantação nas empresas. As alterações geralmente têm um prazo a cumprir e podem ocorrer alterações nesses prazos, mas sempre devem cumprir o cronograma estabelecido. (NOTA TÉCNICA 2016.002).

Assim a NF-e 4.0 traz algumas mudanças nos requisitos *layout*, alterações nas regras de validação, definições de protocolo e eliminando algumas variáveis no *SOAP Header* (Protocolo Simples de Acesso a Objetos). (NOTA TÉCNICA 2016.002).

Essas alterações têm o objetivo de melhorar os serviços já exercidos pela NF-e, a fim de garantir mais confiabilidade à quem utiliza e para o setor fiscal do governo. (NOTA TÉCNICA 2016.002).

## 1.4 PRINCIPAIS MUDANÇAS

### 1.4.1 Protocolo TLS

Com um emaranhado de informações que a NF-e possui sobre empresas, produtos, valores e transportadoras, há a necessidade um protocolo de proteção dessas informações para evitar ataques de *hackers* ou qualquer outro tipo de risco que as partes possam sofrer por parte de criminosos. (NOTA TÉCNICA, 2016.002).

A grande vantagem desses protocolos é garantir a segurança nos protocolos de comunicação na internet (VALID CERTIFICADORA, 2016). Sendo assim, a Nota Fiscal Eletrônica utiliza o protocolo SSL (*Secure Sockets Layer*) que na língua Portuguesa significa: Protocolo de Camada de Sockets Segura que garante a segurança aos emissores de NF-e em suas informações. (NOTA TÉCNICA, 2016.002).

Com a nova versão da NF-e, a versão 4.0, o protocolo será alterado para o protocolo TLS (*Transport Layer Security*) que significa na Língua Portuguesa: Segurança da Camada de Transporte, uma atualização do protocolo SSL (NOTA TÉCNICA, 2016.002). A diferença entre esses dois protocolos é que o TLS pode operar em portas diferentes e usa algoritmos de criptografia mais fortes (VALID CERTIFICADORA, 2016). O funcionamento dos protocolos se resume da seguinte forma: O cliente envia ao servidor a sua versão do protocolo seja ela SSL ou TSL e as informações necessárias para o servidor se comunicar com o cliente, usando o protocolo. (AUGUSTO, 2014).

Já o servidor envia ao cliente sua versão de protocolo e todas as informações necessárias que o cliente precisa, o servidor também possui seu próprio certificado que é enviado na comunicação, caso o cliente queira uma autorização de uso, o servidor também envia para o mesmo confirmar. O servidor retorna as informações ao cliente para que o mesmo confirme sua autenticidade, e só então dar continuidade na comunicação, caso esteja algo errado ou não seja seguro, a comunicação é interrompida e o usuário é informado. (AUGUSTO, 2014).

#### 1.4.2 Fundo do combate à pobreza

Na Nota Fiscal Eletrônica utilizada atualmente, o fundo indicador de combate à pobreza não é destacado no *layout* da NF-e, na nova versão será obrigada a possuir o valor destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (NOTA TÉCNICA, 2016.002). Deverá ser informado na NF-e o percentual do fundo de combate à pobreza, no máximo de 2% conforme a legislação exige. (NOTA TÉCNICA, 2016.002).

Esse Fundo deverá ser acrescentado no grupo de tributação de ICMS. Com essa mudança será mais fácil o fisco controlar a quantidade do Fundo de Combate à Pobreza arrecadado pelas empresas. (NOTA TÉCNICA, 2016.002).

#### 1.4.3 Indicador da forma de pagamento

Na versão atual da NF-e, possui a forma de pagamento somente parcelado ou à vista, não discriminando de forma de detalhada se esse pagamento foi em forma de cartão de crédito, se foi pago em dinheiro e houver troco na transação. Na nova versão da NF-e 4.0 isso passa a constar no layout da nota. (NOTA TÉCNICA, 2016.002).

No caso do pagamento ser efetuado por cartões, a empresa deve dizer se o sistema de automação é integrado ou é usado o sistema POS (Ponto de Venda). No requisito cartão de crédito pode ser informada qual a bandeira que será utilizada na transação, como por exemplo no quadro abaixo:

Quadro 4: Formas de pagamento da NF-e

<b>FORMAS DE PAGAMENTO DA NF-E</b>
Dinheiro
Cheque
Cartão de crédito (Visa; Mastercard; American Express; Sorocred; Diners club; Elo; Hipercard; Aura; Cabral, entre outros.
Crédito loja
Vale alimentação
Vale Presente
Vale Refeição
Vale combustível
Duplicata Mercantil

Sem pagamento
Outros

Fonte: Adaptado do projeto da nota fiscal eletrônica, 2005.

Haverá também a opção valor do troco, onde aparecerá no *layout* da NF-e o valor do troco que o cliente irá receber no caso de pagamento em dinheiro. (NOTA TÉCNICA, 2016.002).

#### 1.4.4 Identificação de presença

A Nota Fiscal Eletrônica possui o campo de identificação de presença, onde é destacada a forma a operação foi realizada. Sendo assim cada operação deve ser mencionada seu indicador.

Os indicadores da NF-e são:

Quadro 5- Indicadores da NF-e

INDICADOR	CONCEITO
0	Não se aplica
1	Operação não presencial, pela internet
2	Operação não presencial, tele atendimento
3	NFC-e em operação com entrega a domicílio
4	NFC-e em operação com entrega a domicílio
9	Operação não presencial, outros

Fonte: Adaptado de Brasil, 2016.

Com a nova versão da NF-e será acrescentado o indicador 5: Operação presencial, fora do estabelecimento. Este indicador será utilizado para vendedores ambulantes, em que a venda é realizada fora do ambiente da empresa. (NOTA TÉCNICA, 2016.002).

#### 1.4.5 Código de barras

Os critérios que determinam o crescimento do país estão no desenvolvimento dos seus meios eletrônicos (DIAS, 2009). Segundo ROCHA (2014) todos sabem como funcionavam os supermercados no Brasil na década de 90, em que os operadores de caixa, procuravam preço por preço dos produtos nas etiquetas, somando em máquinas registradoras ou até mesmo

calculadoras comuns. Outro grande evento que ocorria na época eram as empresas “fecharem para balanço” ou até mesmo “fechada para inventário”. As empresas registravam suas movimentações em livros ou cadernos para manter o controle.

Mas os problemas enfrentados com a falta de um meio que pudesse conter todas as informações necessárias de um produto de forma rápida e fácil não eram só no Brasil, desde o início do século XIX, as empresas do mundo todo, principalmente os donos de supermercados, já procuravam por essa tecnologia. (GS1 BRASIL, 2018).

Com isso, dois estudantes do Instituto de Tecnologia Drexel, na Filadélfia, iniciaram os estudos e criação do código de barras. Em 1949, houve o primeiro código de barras com quatro linhas pretas e um fundo branco, em que quanto mais se adicionassem linhas, mais informações poderiam conter. Mas somente em 1952 foi patenteada a criação do código de barras por Bernard Silver e Norman Joseph Woodland. (GS1 BRASIL, 2018).

Mas o código de barras só ganhou seu espaço no mercado a partir de 1974, em que foi escaneado o primeiro código de barras nos Estados Unidos, a partir desse instante a automação ganhou forma e trouxe um avanço imediato às empresas em relação a sua cadeia de suprimentos e rapidez no atendimento ao cliente. (GS1 BRASIL, 2018).

Para que esse sistema fosse adequado em vários lugares do mundo, houve a necessidade da criação de códigos únicos para o mesmo produto, sendo assim os países do Mercado Comum Europeu, em 1977, adotaram o código de barras EAN (*European Article Numbering System*), que significa Sistema Europeu da Numeração de Artigos. (GS1 BRASIL, 2018).

Assim, todas as empresas adotaram esse sistema de numeração afim de padronizar o código de seus produtos e tornar algo de fácil leitura e rapidez para atendimento de seus clientes. (GS1 BRASIL, 2018).

#### 1.4.5.1 Conceito de código de Barras

O código de barras possui vários autores que descrevem seu conceito, segundo DIAS (2009) o código de barras é uma representação gráfica que possui dados que podem ser numéricos e alfanuméricos. Suas linhas verticais lado a lado possuem várias funções e informações sobre os produtos.

De acordo com SILVA E PAPANI (2010), o código de barras é a representação gráfica feita com barras claras e escuras das combinações binárias do computador em que a leitura é feita por leitores ou *scanners*.

Já para MILLES (2008) o código de barras não passa de um número que cada produto possui, facilitando o atendimento e a rapidez nos caixas. Sendo assim pode-se dizer que o código de barras é uma combinação de linhas pretas e brancas na vertical, e cada uma possui o seu tamanho e carrega determinadas informações de cada produto, a fim de realizar a consulta por leitores de códigos de barras e *scanners* agilizando as transações comerciais.

#### 1.4.5.2 Tipos de código de barras

Os tipos de códigos de barras mais utilizados nas empresas são os códigos de tamanho 8, 12,13 e 14 dígitos.

EAN-8: O código de barras EAN-8 é um código reduzido do EAN-13, ele foi criado para produtos que não possuem espaço suficiente para inclusão do código de barras EAN-13. Seu código é formado por apenas 8 números e o ramo de empresas que o utiliza são as indústrias. (CÓDIGO DE BARRAS BRASIL, 2018).

Figura 4 - Código de barras EAN-8



Fonte: Código de Barras Brasil, 2018.

UPC-12: O modelo UPC ou código universal do produto é o código de barras com 12 dígitos é utilizado no varejo dos países dos Estados Unidos e Canadá. (CÓDIGO DE BARRAS BRASIL, 2018).

Figura 5 - Código de barras UPC- 12



Fonte: Código de Barras Brasil, 2018.

EAN-13: O EAN-13 ou GTIN como é conhecido é o código de barras mais utilizado em todo o setor de atacado e varejo no Brasil, o código é composto de 13 dígitos. (CÓDIGO DE BARRAS BRASIL, 2018).

Figura 6 - Código de barras EAN-13



Fonte: Código de Barras Brasil, 2018.

DUN-14: Este código de barras é utilizado nas embalagens de produtos em caixas, o mesmo é derivado dos códigos EAN e UPC. (CÓDIGO DE BARRAS BRASIL, 2018).

Figura 7 - Código de barras DUN-14



Fonte: Código de Barras Brasil, 2018.

Através destes modelos de códigos de barras que as indústrias enquadram seus produtos para colocar no mercado, seguindo a padronização para melhor funcionamento, rapidez e segurança dos dados nas suas transações comerciais. (CÓDIGO DE BARRAS BRASIL, 2018).

#### 1.4.5.3 Utilização do código de barras na NF-e

A partir da versão da NF-e 4.0 será obrigatório o uso do código de barras GTIN (*Global Trade Number*) ou EAN como é conhecido para identificação dos produtos ou serviços oferecidos pelas empresas. O GTIN é usado para identificar produtos desde sua matéria-prima até o final do produto, podendo ser no tamanho 8,12,13 e 14, qualquer tipo variando conforme a sua aplicação. (NOTA TÉCNICA 2017.001).

O Cadastro Centralizado de GTIN (CCB) é um cadastro onde devem constar todas as informações sobre os produtos que possuem GTIN e funciona em parceria com a GS1 Brasil, órgão regulador e criador dos GTIN no país. Consequentemente os produtos que possuem GTIN terão que ser informados na NF-e e NFC-e, com isso os donos das marcas deverão manter os cadastros dos produtos atualizados no Cadastro Nacional de Produtos (CNP) juntamente com a GS1. (NOTA TÉCNICA 2017.001).

Os empresários devem estar atentos às mudanças de seus produtos, pois toda modificação precisa ser alterada no Cadastro Nacional de Produtos, os códigos de barras precisam constar na Nota Fiscal Eletrônica e os dados contidos no GTIN precisam ser exatos do produto. (NOTA TÉCNICA 2017.001).

O início da utilização desses códigos de barras será dividido em grupos de CNAEs das empresas, segue abaixo os grupos e datas que começam a utilizar desse GTIN.

Quadro 6 – Grupos de CNAES

<b>ATIVIDADE</b>	<b>DATA DE INÍCIO</b>
I- grupo CNAE 324	01/01/2018
II- grupo CNAE 121 a 122	01/02/2018
III- grupo CNAE 211 a 212	01/03/2018
IV- grupo CNAE 261 a 323	01/04/2018
V- grupo CNAE 103 a 112	01/05/2018

VI- grupo CNAE 011 a 102	01/06/2018
VII- grupo CNAE 131 a 142	01/07/2018
VIII- grupo CNAE 151 a 209	01/08/2018
IX- grupo CNAE 221 a 259	01/09/2018
X- grupo CNAE 491 a 662	01/10/2018
XI- grupo CNAE 663 a 872	01/11/2018
XII- demais grupos de CNAEs	01/12/2018

Fonte: Adaptado de Fisco, 2018.

As informações obrigatórias que devem estar atualizadas no cadastro Centralizado do GTIN são conforme o quadro abaixo:

Quadro 7: Informações obrigatórias no cadastro do GTIN

<b>INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS NO CADASTRO CENTRALIZADO DO GTIN</b>
GTIN
Marca
Tipo ou modelo de GTIN 8,12,13 ou 14
Descrição do Produto
Dados da classificação do produto (Segmento, Família, Classe e Subclasse/Bloco)
País/ Mercado de destino
Código especificador da substituição tributária - CEST (Quando possuir)
Nomenclatura comum do Mercosul - NCM
Peso Bruto
Unidade de Medida de Peso
Foto do Produto

Fonte: Adaptado da nota técnica 2017.001.

Qualquer um desses itens que não estiverem atualizados poderá ocorrer rejeição na emissão da NF-e ocasionando atrasos para a empresa (NOTA TÉCNICA 2017.001). No caso do produto não possui um GTIN específico deve ser informado na NF-e produto “Sem GTIN”, nos demais que produtos que possuir deve ser preenchido normalmente. (NOTA TÉCNICA 2017.001).

As rejeições mais comuns que poderão ocorrer, por conta da falta de atualização de dados no Cadastro Nacional de Produtos, são:

Quadro 8 - Motivos de não atendimento da solicitação da NF-e

<b>CÓDIGO</b>	<b>MOTIVOS DE NÃO ATENDIMENTO DA SOLICITAÇÃO</b>
611	Rejeição: GTIN (cEAN) inválido [nItem:999]
612	Rejeição: GTIN da unidade tributável (cEANtrib) inválido [nItem:999]
882	Rejeição: GTIN (cEAN) com prefixo inválido [nItem:999]
883	Rejeição: GTIN (cEAN) sem informação [nItem:999]
884	Rejeição: GTIN da unidade tributável (cEANtrib) com prefixo inválido [nItem:999]
885	Rejeição: GTIN informado, mas não informado o GTIN da unidade tributável [nItem:999]
886	Rejeição: GTIN da unidade tributável informado, mas não informado o GTIN [nItem:999]
887	Rejeição: Informado GTIN de agrupamento de produtos homogêneos (GTIN-14) no GTIN da unidade tributável [nItem:999]
888	Rejeição: GTIN da unidade tributável (cEANtrib) sem informação [nItem:999]
889	Rejeição: Obrigatória a informação do GTIN para o produto [nItem:999]
890	Rejeição: GTIN inexistente no Cadastro Centralizado de GTIN (CCG) [nItem:999]
891	Rejeição: GTIN incompatível com a NCM [nItem:999]
892	Rejeição: GTIN incompatível com CEST [nItem:999]
893	Rejeição: GTIN da unidade tributável diverge do GTIN contido cadastrado no CCG [nItem:999]
894	Rejeição: GTIN da unidade tributável inexistente no Cadastro Centralizado de GTIN (CCG) [nItem:999]
895	Rejeição: GTIN da unidade tributável incompatível com a NCM [nItem:999]
896	Rejeição: GTIN da unidade tributável incompatível com CEST [nItem:999]

Fonte: Adaptado de Nota Técnica. Validação do GTIN. BRASIL, 2017.

Através desse quadro pode-se verificar os motivos que ocorreram o erro e qual produto está faltando a atualização. Torna-se mais fácil as empresas fazerem a atualização sabendo qual o motivo e em qual determinado produto.

#### 1.4.5.4 Benefícios do uso de código de barras

De acordo com a Associação Brasileira de Automação (2018) os benefícios que serão oferecidos por essa inserção do código de barras na NF-e são: melhorar a gestão no controle dos produtos; diminuir qualquer possibilidade de roubo ou fralde nas mercadorias; rastreamento dos produtos; um único código existente para os produtos; melhor conferência dos produtos na Nota Fiscal; maior tecnologia e automação nas empresas e controle de estoques nas empresas. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMAÇÃO, 2018).

Sendo assim as empresas que não cumprirem com essa obrigatoriedade no prazo estipulado poderá sofrer penalidades, multas e o valor varia de acordo com o Estado que a empresa está inserida. (GS1 BRASIL, 2018).

## 2 METODOLOGIA

De acordo com Collis, Hussey (2005, p. 30) a metodologia é “uma explicação do por que você coletou determinados dados, que dados coletou, de onde, quando e como os coletou e como foram analisados”. A metodologia é o conjunto de atividades que ajudam a chegar no objetivo, sendo esses conhecimentos verdadeiros, criando os caminhos, procurando erros e ajudando o pesquisador (LAKATOS, 2003).

A natureza da pesquisa pode ser aplicada como básica ou avançada. A pesquisa básica tem como objetivo criar novos conhecimentos sem uma aplicação prévia, se utiliza verdades e interesses de todos (GERHARDT E SILVEIRA, 2009). A natureza de pesquisa desse trabalho utilizada é a pesquisa básica. Na pesquisa quantitativa os resultados podem ser medidos, mensuráveis, e são obtidos através de números.

De acordo com Fonseca (2002):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade (FONSECA, 2002, p. 20).

A pesquisa quantitativa envolve técnicas estatísticas desde as mais simples às mais complexas, como ao caso do desvio padrão e pode ir até mesmo a análise de regressão (RICHARDSON, 1999). Neste estudo foi utilizado o método de pesquisa quantitativa. Já a pesquisa exploratória tem como objetivo deixar as pessoas mais próximas do assunto, envolve uma pesquisa bibliográfica, entrevistas e análises de exemplos (GIL, 2007). Nesta pesquisa foi utilizado o método exploratório.

De acordo com Lakatos e Marconi (2009, p.51) “a pesquisa bibliográfica não é uma mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. A vantagem da pesquisa bibliográfica é que o pesquisador pode ter acesso a muito mais informações, do que se fosse pesquisar diretamente sobre o assunto (GIL, 2008). A pesquisa bibliográfica neste trabalho torna-se fundamental para obter todas as informações necessárias e avaliar o estudo de caso.

## 2.1 COLETA DE DADOS

Para essa pesquisa foram elencadas as 183 empresas instaladas na cidade, classificadas como pequena, média e grande porte, destas empresas 55 se disponibilizaram a responder o questionário. O mesmo foi aplicado de forma pessoal em cada empresa, também disponibilizado de forma impressa e por meio de um aplicativo onde as empresas poderiam acessar e responder o questionário, a pesquisa foi realizada do dia 20 de agosto de 2018 ao dia 31 de agosto de 2018.

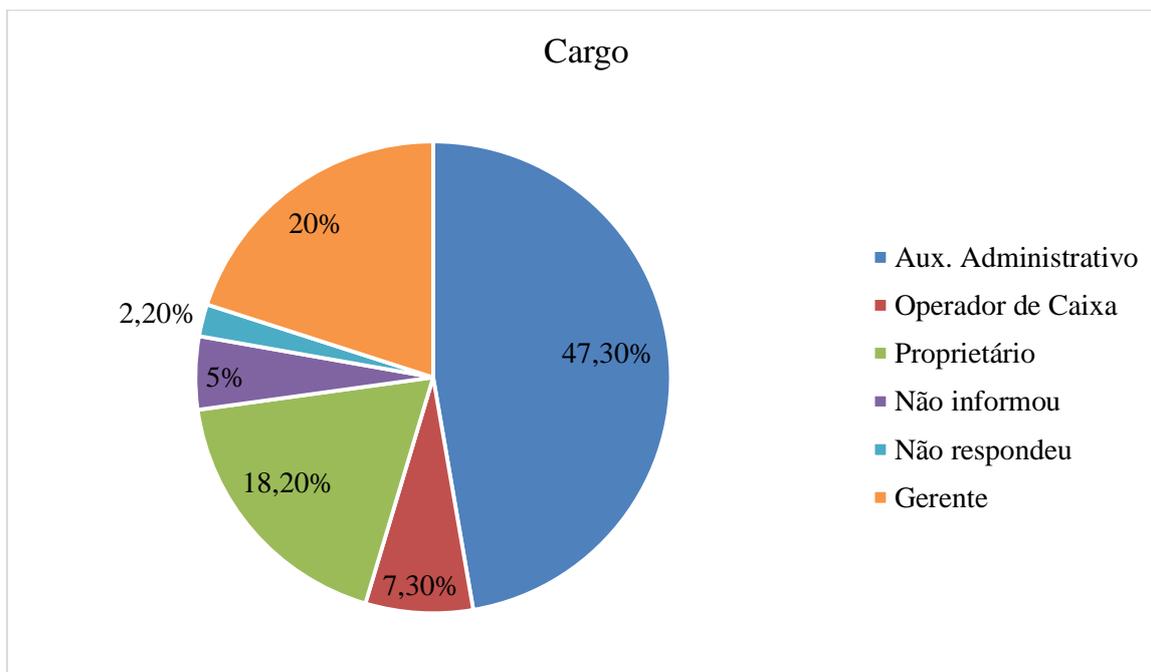
O questionário possuía 10 questões de múltiplas escolhas, em que cada pergunta deveria ser respondida somente uma alternativa, as mesmas se referiam há quanto as empresas utilizam a NF-e, se as empresas achavam vantagens ou benefícios essas alterações. Após a pesquisa foi realizada a análise dos resultados e o mesmo está descrito neste trabalho.

### 3 RESULTADOS

O comércio de Juína é composto por 1038 empresas, as mesmas estão distribuídas em diversos ramos como: autopeças, lojas de roupas, ferragista, materiais de construção, supermercados, farmácias, agropecuárias, concessionárias, franquias, lojas de móveis e eletrodomésticos, entre outras. Dessas 1038 empresas, 855 são microempreendedores individuais, e 183 são empresas de pequeno, médio e grande porte, dentre essas 183 empresas, 55 se disponibilizaram a responder o questionário sobre os impactos que a NF-e causa nas mesmas, os resultados foram:

Primeira Pergunta: Qual o cargo da pessoa que irá responder este questionário?

Gráfico 1 - Cargo

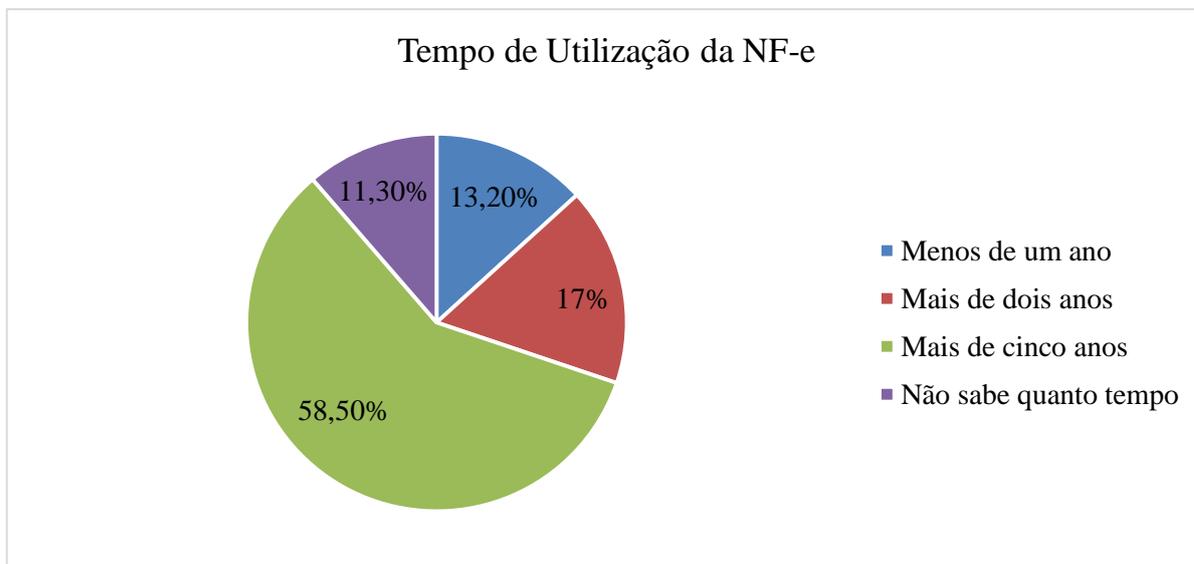


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A pergunta de número um teve como objetivo saber qual cargo da empresa está mais apto a responder as questões com relação ao uso da NF-e. Com base no gráfico acima, em grande maioria, 47,30% das pessoas que responderam eram Auxiliar administrativo, em segundo lugar seriam os gerentes com 20%, em terceiro lugar os proprietários com 18,20%, logo após os operadores de caixa com 7,30%, e os que não informaram ou não responderam somam um total de 12,30%.

Segunda pergunta: Há quanto tempo a empresa utiliza a NF-e?

Gráfico 2 - Tempo de Utilização da NF-e

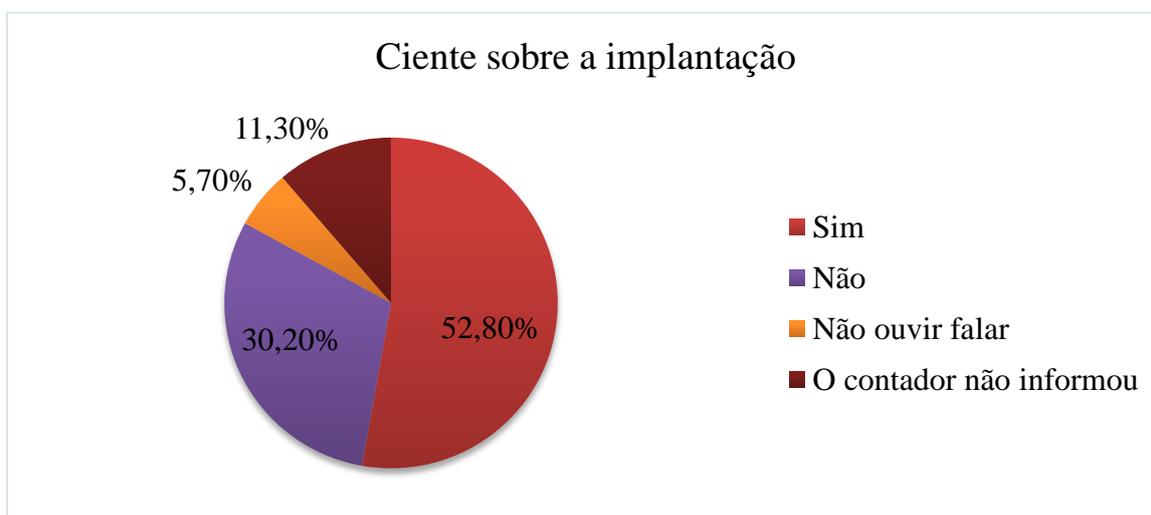


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A questão de número dois faz uma análise de tempo que as empresas utilizam dos recursos da NF-e. A maioria das empresas já utilizam a NF-e a mais de cinco anos em Juína, resultando em 58,50%, em sequência as que utilizam a NF-e a mais de dois anos com 17%, e 13,20% utilizam a menos de um ano, e possui ainda um número significativo das empresas que não sabem a quanto tempo utilizam a NF-e, com 11,30%.

Terceira questão: A empresa estava ciente sobre a implantação da nova versão da NF-e 4.0, no dia 02 de agosto de 2018?

Gráfico 3 - Ciente sobre a implantação

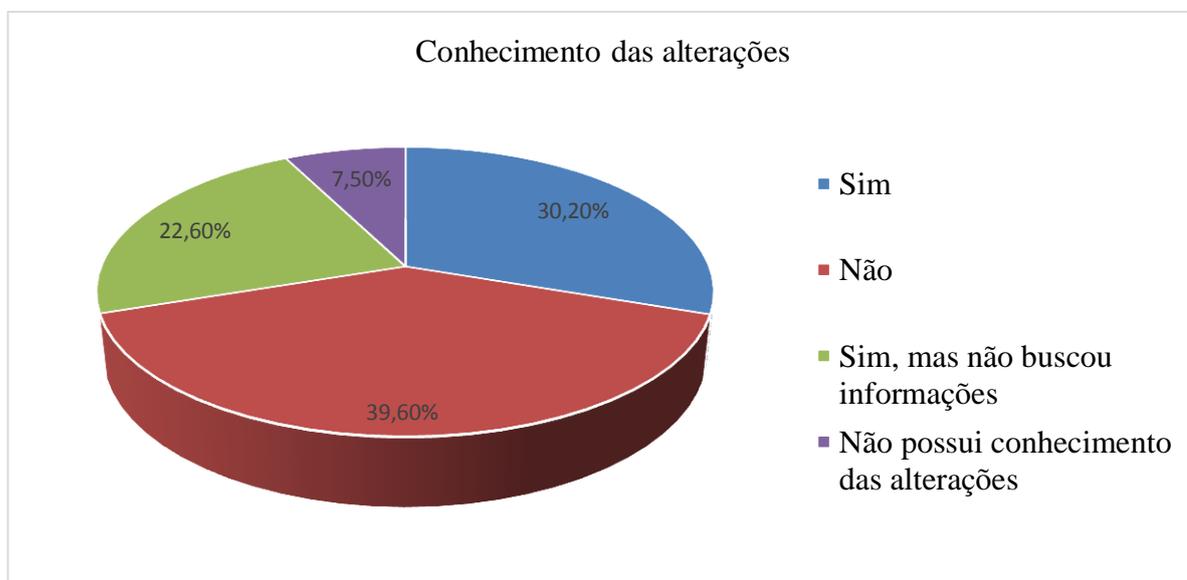


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A questão número três mostra uma reflexão se as empresas estão informadas sobre as alterações da NF-e. As empresas do comércio de Juína, na grande maioria estavam cientes da implantação da nova versão da NF-e 4.0, com um resultado de 52,8% das empresas pesquisadas, mas ao mesmo tempo possui um número significativo de empresas que não as conheciam, ou que nem ouviram falar, resultando em somatório de 35,9% e, possui as empresas alegando que os contadores não avisaram com um resultado de 11,30%.

Quarta pergunta: A empresa sabe quais são as alterações que estão ocorrendo na versão 4.0?

Gráfico 4 - Conhecimento das alterações

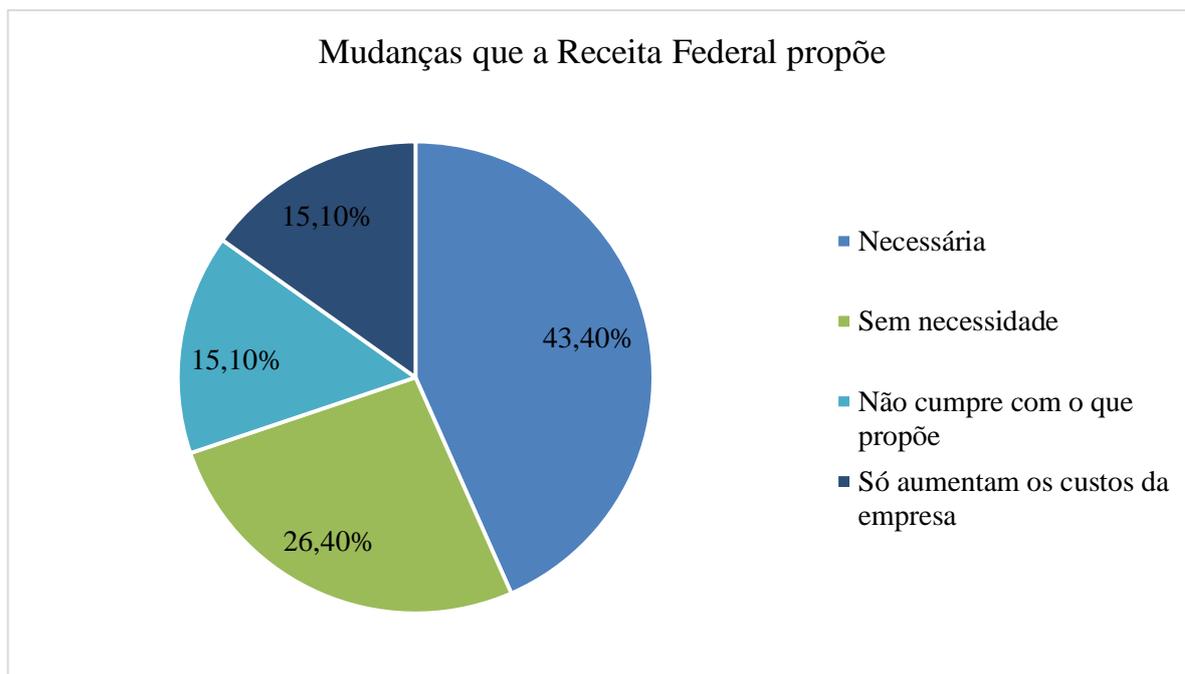


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A questão de número quatro questiona as empresas de uma forma mais objetiva, se realmente elas sabem quais são as alterações da NF-e. Com 39,6% as empresas pesquisadas responderam que não sabiam quais alterações a NF-e iria sofrer, em segundo lugar 30,20% das empresas responderam que sabiam das alterações, 22,60% responderam que sabiam, mas não buscaram se aprofundar sobre o assunto e 7,5% não possuíam conhecimento algum sobre as mesmas.

Quinta pergunta: Qual a visão da empresa sobre essas mudanças tecnológicas da NF-e, que a Receita Federal propõe?

Gráfico 5 - Mudanças que a Receita Federal propõe

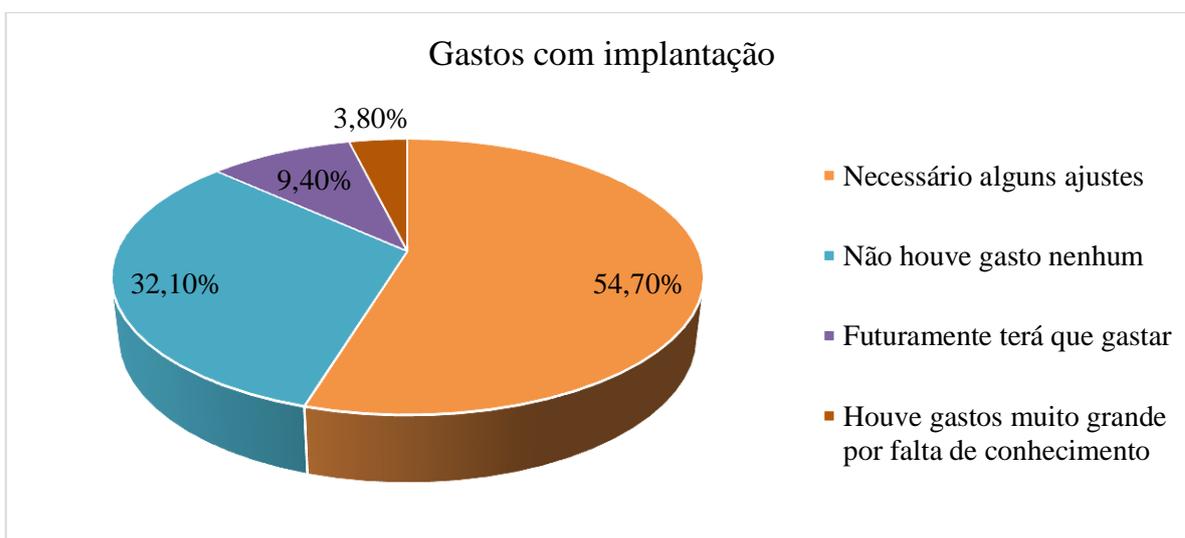


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A quinta pergunta traz a opinião das empresas sobre o que pensam sobre essas alterações. Como resultado, 43,40% das empresas acreditam ser necessária essas alterações que a Receita propõe sobre a NF-e, já 26,40% consideram desnecessárias essas mudanças, 15,10% acreditam que a Receita Federal não cumpre o que propõe nos projetos de alteração e 15,10% acreditam que essas alterações só aumentam os gastos das empresas.

Sexta pergunta: Houve algum tipo de gasto com tecnologia para esta implantação?

Gráfico 6 - Gastos com Implantações

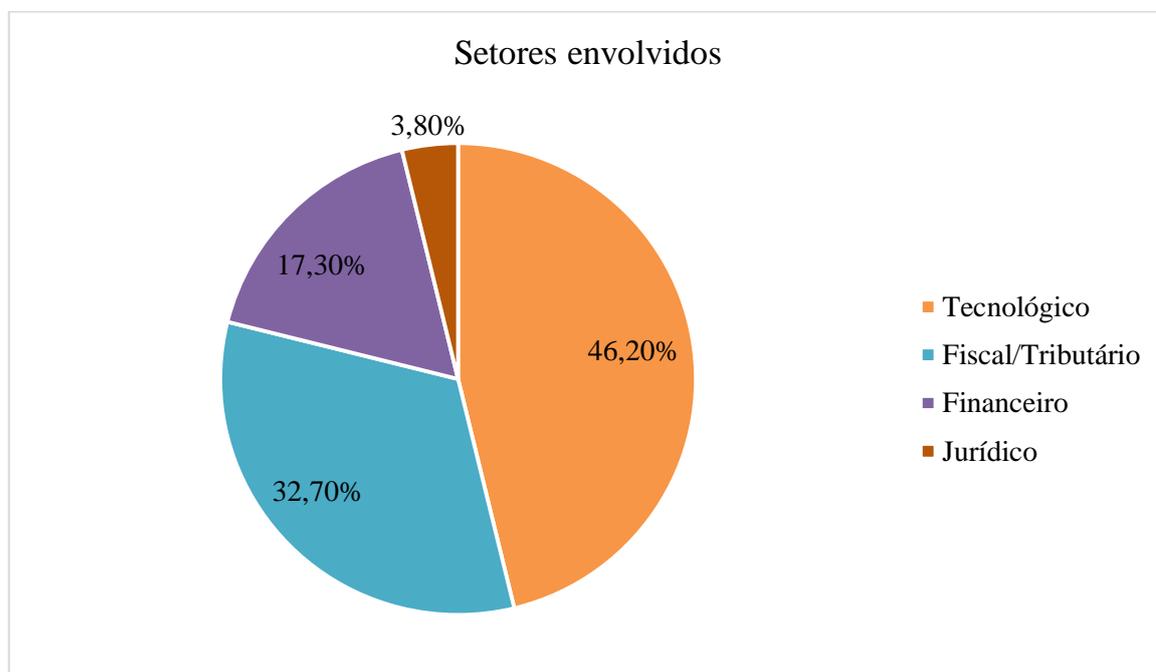


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Na sexta pergunta mostra se as empresas necessitaram de algum tipo de investimento. As empresas alegaram, com 54,70%, que houve a necessidade de alguns ajustes nas empresas para se adequar às novas alterações da NF-e, dentre elas também 30,20% disseram que não possuíram gastos nenhum, 9,40% disseram que futuramente terão algum tipo de gasto para se adequar e 3,80% disseram que tiveram grandes gastos na empresa por falta de conhecimento das mudanças sobre as alterações.

Sétima pergunta: Quais os setores envolvidos na implantação da NF-e?

Gráfico 7 - Setores Envolvidos

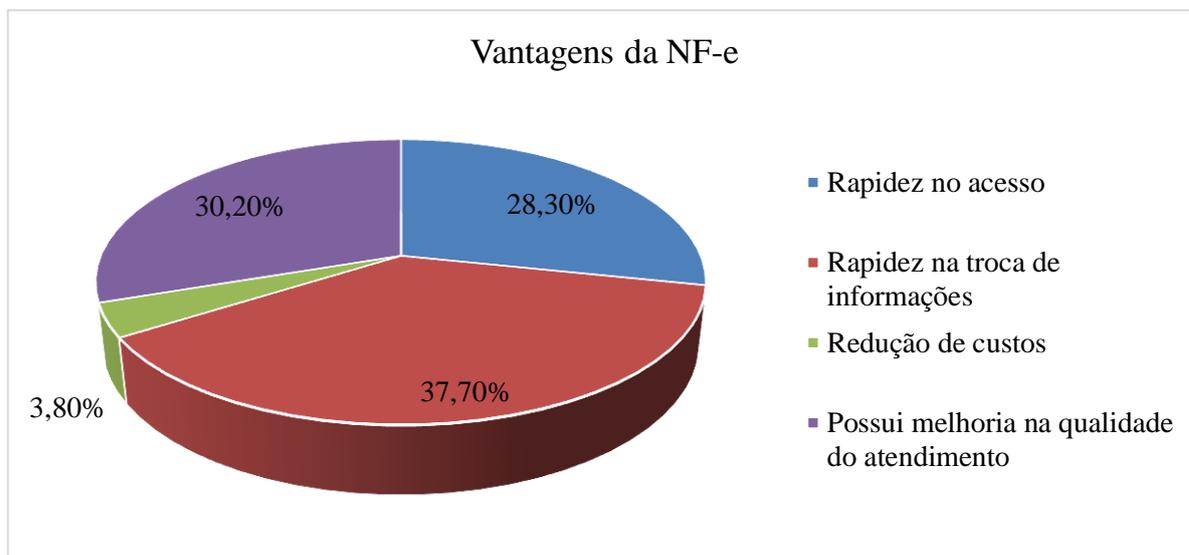


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Na sétima questão demonstra qual o setor mais afetado com as alterações. As empresas afirmaram que o setor que teve mais envolvimento com as alterações da NF-e foram o setor tecnológico da empresa com 46,20%, o segundo setor mais envolvido foi o fiscal/tributário da empresa, deixando por último o financeiro com 17,30% e o jurídico com 3,8%.

Oitava pergunta: Na sua opinião quais as vantagens da NF-e para a empresa?

Gráfico 8: Vantagens da NF-e.

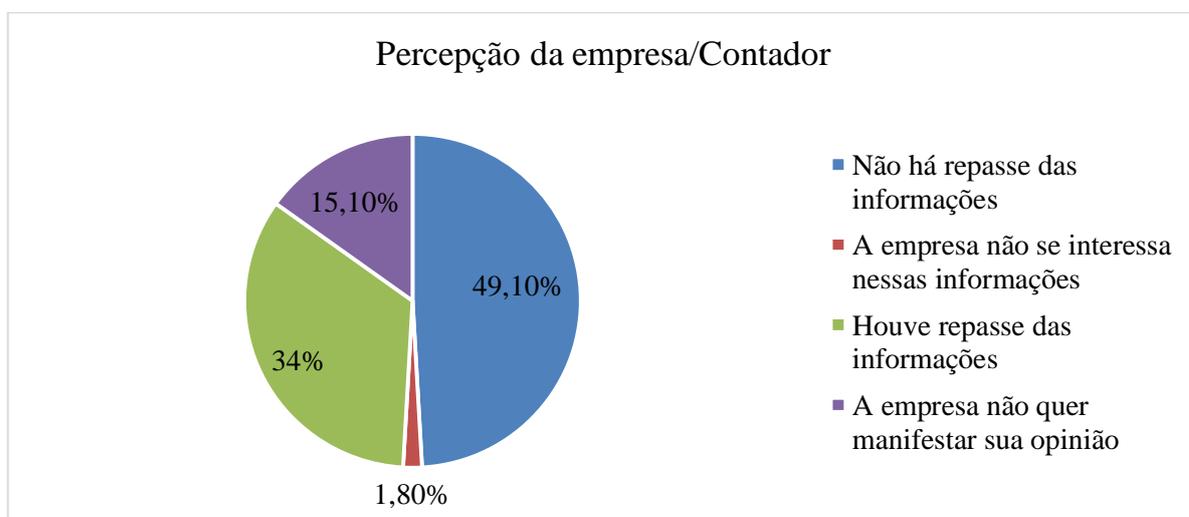


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

Na oitava questão as empresas opinaram quais são as vantagens da NF-e em sua visão. Em questão das vantagens da utilização da NF-e as empresas consideraram com 37,70% que o uso da NF-e traz rapidez nas trocas de informações, 30,20% das empresas consideram que a mesma traz melhorias na qualidade do atendimento, 28,30% consideram ter mais rapidez no acesso e somente 3,80% consideram ter uma redução de custos com o uso da NF-e.

Nona questão: Qual é a percepção da empresa em relação as informações passadas pelo contador sobre essas atualizações?

Gráfico 9 - Percepção da empresa/contador

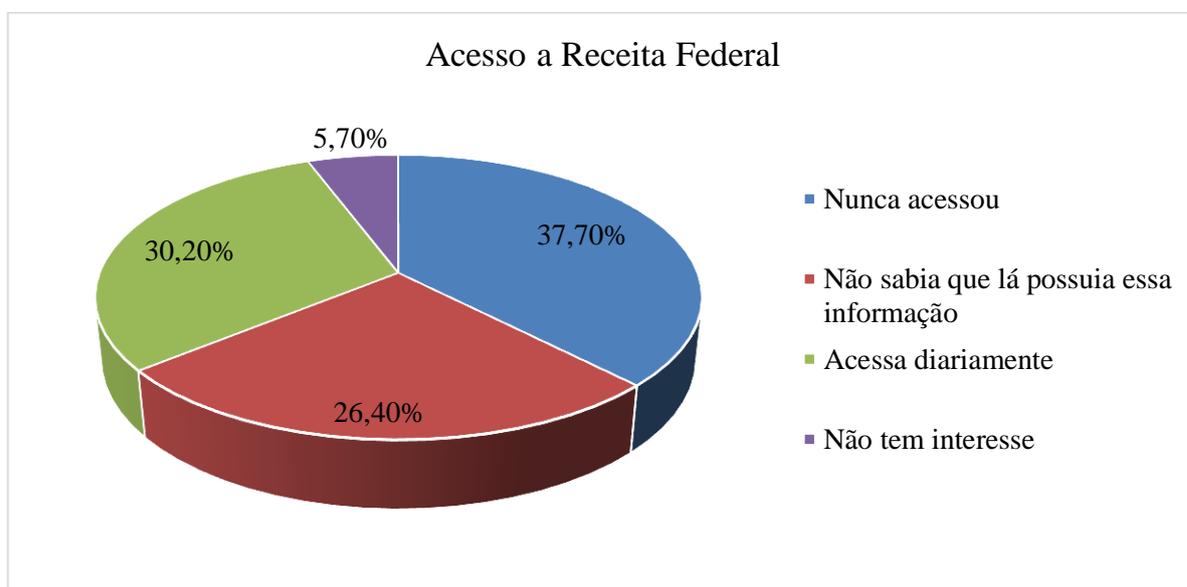


Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A nona questão nos traz a visão da empresa sobre o repasse das informações do contador para a empresa. As empresas afirmaram que não há o repasse das informações por conta do contador da empresa, gerando um resultado de 49,10% das empresas pesquisadas, outras 34% afirmam que houve sim, um repasse das informações por parte do contador, 15,10% das empresas não quiseram manifestar suas opiniões e 1,80% disseram não se interessar nessas informações.

Décima pergunta: A empresa acessa o site da Receita Federal para estar atualizada sobre todas as mudanças que ocorre?

Gráfico 10 - Acesso a Receita Federal



Fonte: Dados da Pesquisa, 2018.

A décima pergunta demonstra se as empresas realmente buscam informações nos portais do governo. Nesta, 37,70% das empresas alegaram não acessar o site da Receita Federal para atualização sobre as informações, em contrapartida 30,20% das empresas acessam diariamente o site, 26,40% alegaram não saber que lá possuía essas informações e 5,70% disseram não ter interesse em acessar o site.

#### **4 ANÁLISE DOS DADOS**

De acordo com a pesquisa, os maiores impactos causados pela alteração da versão da NF-e para o modelo 4.0, foram a falta de conhecimento dessas alterações por parte das empresas, que acreditam ser necessárias essas mudanças e o desconhecimento que gerou ajustes e até mesmo custos para as empresas se enquadrarem às alterações.

De acordo com as empresas pesquisadas, 49,10% alegam que os contadores não repassam essas informações, causando assim um descontentamento com os serviços prestados pelo contador.

Outro grande impacto ocorreu pelo fato das empresas não acessarem o site da Receita Federal para conferir essas mudanças e todas as outras alterações tributárias que a mesma propõe. De acordo com a pesquisa 37,20% alegaram não acessar o site, 26,40% alegaram não saber que lá constava essas informações, 5,70% disseram não ter interesse em acessar o site e apenas 30,20% informou que acessa diariamente o site.

O setor da empresa que houve maior impacto foi o tecnológico, pelo fato da NF-e ser na versão eletrônica, qualquer mudança requer ajustes nesse setor. Mas mesmo com todos esses impactos as empresas ainda acham mais vantajosa a versão eletrônica da NF-e pelo fato da rapidez na troca de informações.

## **5 SUGESTÕES DE MELHORIAS**

As empresas devem exigir mais o repasse dessas informações pelos contadores e também buscá-lo mais vezes, pois é a pessoa certa e que está sempre atualizado neste campo de atuação fiscal e tributária das empresas, ao mesmo tempo é um acesso mais fácil e direto que as empresas podem ter, até mesmo para sanar dúvidas.

As empresas também devem estar mais atentas aos portais do fisco, para saber todas as informações necessárias para atender às alterações da NF-e, gerando um conhecimento sobre o assunto e ao mesmo tempo se preparar para atualização no prazo previsto determinado pelo fisco, reduzindo assim transtornos operacionais, tributários e até mesmo prejuízos financeiros para a mesma.

Outra sugestão para diminuir os problemas gerados pelas alterações da Versão da NF-e, seria a Receita Federal criar as alterações e, ao mesmo tempo uma forma de notificação à todas as empresas das alterações e o procedimento para implantar as mesmas, para que não criar desavenças entre o fisco e as empresas do país.

Dessa forma haveria mais interação entre estado e contribuintes, provocando resultados satisfatórios para os mesmos, tanto nas alterações quanto na forma de implantar e utilizá-las.

Uma sugestão para as futuras pesquisas é a aplicação do questionário pessoalmente e de forma impressa às empresas, pois o retorno é maior do que se utilizarem um aplicativo, na maioria das vezes as pessoas consideram vírus o link da pesquisa e acabam não respondendo, assim o pesquisador não consegue a quantidade de dados necessários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível responder ao principal problema de pesquisa, analisar os impactos causados no comércio de Juína com a da implantação da versão da NF-e 4.0, o mesmo foi obtido através da pesquisa realizada com as empresas do comércio de Juína. E com a pesquisa bibliográfica foi possível alcançar os objetivos: Apresentar o histórico e conceito da NF-e; Apresentar as principais mudanças da NF-e e avaliar os impactos causados.

Através desta pesquisa obteve-se a opinião do Comércio da cidade, como os mesmos enfrentam essas alterações, como reagem e o que pensam sobre a NF-e, que é de uso contínuo em suas empresas, também foram feitas algumas sugestões sobre a forma para facilitar a comunicação entre portais de comunicação do governo e contadores.

Esta pesquisa se delimitou em avaliar os impactos somente do comércio de Juína, não se responsabilizando por nenhum outro ramo de atuação. Ao mesmo tempo, também contribuiu para a sociedade e alertar as empresas do comércio de Juína que não estavam atualizadas sobre as alterações da NF-e.

Sendo assim, todos os envolvidos devem fazer a sua parte e interagir, contribuindo para o sucesso dos objetivos estabelecidos e chegar ao resultado esperado da melhor forma possível.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTO, Eugênio. **Segurança:** Como funciona o Protocolo SSL/TLS. Disponível em: <<https://www.ecommercebrasil.com.br/artigos/seguranca-como-funciona-o-protocolo-ssltls/>>. Acessado em: 07 abr. 2018 às 14:42.

BESSANT, J.; TIDD, J. **Inovação e empreendedorismo.** Porto Alegre, Bookman, 2009.

BOSCHETTI, I.; SALVADOR, E. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 87, p. 25-57, set. 2006.

BRANCO, Castelo Flávio. **Carga De Impostos Prejudica Comércio Exterior.** Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,carga-de-impostos-prejudica-comercio-exterior-imp-,1170507>>. Acessado em: 20 maio 2018 às 10:37.

BRASIL, **Código Tributário Nacional.** 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

CARNEIRO, Mariana. **Brasileiros abrem 7 de cada 10 Indústrias do Paraguai.** Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1947163-brasileiros-abrem-7-de-cada-10-industrias-do-paraguai.shtml>>. Acessado em: 23 set. 2018 às 09:38.

CBBR. **Tipos de código de Barras.** Disponível em: <<https://codigosdebarrasbrasil.com.br/tipos-de-codigos-de-barras/>>. Acessado em: 08 abr. 2018 às 11:00.

COSTA, Lourenço. **Formulação de uma metodologia de modelagem de processos de negócio para implementação de workflow.** 2009. 130 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2009.

DAVENPORT, T. H. **Reengenharia de Processos.** Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

DIAS, E. M. **Código de barras.** Universidade Católica de Brasília. Departamento de Matemática. Brasília, 2009.

ENCAT. **Projeto da Nota Fiscal Eletrônica.** Especificações do Escopo do Sistema. Versão 02.00.0. Setembro de 2005.

GEM. GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR 2014. (2014). **Empreendedorismo no Brasil**. Curitiba: IBQP e Sebrae.

GERHARDT E SILVEIRA. **Métodos de pesquisa** / [organizado por] Tatiana Engel Gerhardt e Denise Tolfo Silveira; coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GS1 BRASIL. **Entenda a Obrigatoriedade e o uso de código de Barras na NF-e**. Disponível em: <<https://blog.gs1br.org/obrigatoriedade-do-codigo-de-barras-na-nfe/>>. Acesso em: 08 abr. 2018 às 15:03.

HAMMER, M.; CHAMPY, J. **Reengenharia**: repensando a empresa em função dos clientes, da concorrência e das grandes mudanças da gerência. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1994.

IBGE. **Brasil em síntese**. Disponível em: <<https://brasilemsintese.ibge.gov.br/comercio.html/>>. Acesso em: 20 ago. 2018 às 19:13.

IBPT. INSTITUTO BRASILEIRO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO. **Estudo Sobre Sonegação Fiscal das Empresas**. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/img/uploads/novelty/estudo/49/EstudoVeQuedaNaSonegacaoFiscalDasEmpresasBrasileiras.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2018 às 10:09.

\_\_\_\_\_. **Haja imposto (e paciência)!**. Disponível em: <<https://ibpt.com.br/noticia/2606/Haja-imposto-e-paciencia>> . Acesso em: 23 set. 2018 às 09:45.

MACHADO, Vinicius. **Alta Carga Tributária do País é empecilho para Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://brasileconomico.ig.com.br/negocios/pme/2014-08-19/alta-carga-tributaria-do-pais-e-empecilho-para-pequenas-empresas.html>>. Acesso em: 20 maio 2018 às 13:02.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Curso de Direito Tributário**. 5º ed, Belém: Cejup, 1997

MILIES, F. C. P. A matemática dos códigos de barras. **Revista Professor de Matemática**, v. 65, p. 46-53, 2008.

NAKATANI, Paulo; OLIVEIRA, Fabricio Augusto. Política Econômica Brasileira de Collor a Lula: 1990-2007. In: Rosa Maria Marque: FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen. (Org.). **O**

**Brasil sob a nova ordem. A economia brasileira contemporânea.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p. 21-50.

**NFE. Manual de Credenciamento para Emissão de Nota Fiscal Eletrônica –NF-e.**

Disponível em:

<[https://www.sefaz.mt.gov.br/portal/nfe/arqDownloads/credenciamento/Manual\\_de\\_Credenciamento.pdf](https://www.sefaz.mt.gov.br/portal/nfe/arqDownloads/credenciamento/Manual_de_Credenciamento.pdf)> . Acesso em: 23 set. 2018, às 10:32.

**NOTA TÉCNICA. Portal da Nota Fiscal Eletrônica.** Disponível em:

<<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/listaConteudo.aspx?tipoConteudo=tW+YMyk/50s=>>. Acesso em: 23 set. 2018.

**NUNES, DILMALICE. Porque se sonega tantos impostos no Brasil.** Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/economia/por-que-se-sonega-tantos-impostos-no-brasil>>. Acesso em: 23 set. 2018 às 11:09.

**OCDE. Brasil tem maior carga tributária da américa latina, diz OCDE.** Disponível em:

<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina--diz-ocde,10000021608>>. Acesso em: 20 maio 2018 às 10:54.

**OLIVEIRA, C. A. B. de. Ajuste Fiscal e Política Social. Revista Carta Social e do Trabalho,** nº. 02, set-dez. 2005.

**OLIVEIRA, Martins de Oliveira; et all. Manual de contabilidade tributária.** 3.Ed.São Paulo: Atlas, 2004.

**PAIM, R.; CARDOSO, V.; CAULLIRAUX, H.; CLEMENTE, R. Gestão de Processos: pensar, agir e aprender.** Porto Alegre: Bookman, 2009. p. 328.

**PENA, Rodolfo F. Alves. "Crescimento do setor terciário no Brasil";** Brasil Escola.

Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/crescimento-setor-terciario-no-brasil.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2018 às 19:11.

**PLENUSTECH ERP. Version 30.05.2018. JUÍNA:** Plenustech Softwares, 2018.

**RECEITA FEDERAL. Histórico da NF-e.** Disponível em:

<<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/sobreNFe.aspx?tipoConteudo=HaV+iXy7HdM=#mQhuA1Z2dCo=>>. Acesso em: 12 ago. 2018 às 15:08.

ROCHA, L. C. C. V. da. **Código de barras sem mistérios**. Disponível em <<http://msdn.microsoft.com/pt-br/library/cc580676.aspx>>. 2003. Acesso em: 05.08.2018.

SCHOUERI, L. E. (2010). **Planejamento Tributário e o Propósito Negocial**. São Paulo: Quartier Latin.

SEBRAE. **Conheça os principais impostos pagos por empresas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/conheca-os-principais-impostos-pagos-por-empresas-no-brasil,a718d53342603410VgnVCM100000b272010aRCRD>>. Acesso em: 23 set. 2018 às 10:46.

\_\_\_\_\_. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira**. Disponível em:

<<https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participacao%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2018 às 15:43;

\_\_\_\_\_. **Pequenos negócios em números**. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em 20 maio 2018 às 11:03.

SILVA, F. T.; PAPANI, F. G. **Código de barras**. XXII Semana Acadêmica da Matemática da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2010.

SPED. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL. **Apresentação**. Disponível em: <<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964>>. Acesso em: 23 set. 2018 às 09:15.

TORRES, O.; JULIEN, P.-A. Specificity and Denaturing of Small Business. **International Small Business Journal**, v. 23, n. 4, p. 355–377, 2005.

TRIBUTÁRIO, PORTAL. **Os Tributos no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.portaltributario.com.br/tributos.htm>>. Acesso em: 23 set. 2018 às 10:17.

VALID CERTIFICADORA. **SSL OU TLS: Quais são as diferenças entre esses Protocolos?** Disponível em: <<http://blog.validcertificadora.com.br/?p=8002>>. Acesso em: 07 abr. 2018 às 14:26.

## GLOSSÁRIO

***European Article Numbering System*** : Sistema Europeu de Numeração de Artigos

***Global Trade Number***: Número Global de Comércio

***Hacker*** : Hacker

***Internet***: Internet

***LAYOUT***: Layout

***Scanners***: scanners

***Secure Sockets Layer***: Camada Segura de Soquetes

***SOAP Header***: Cabeçalho SOAP

***Software***: Programas

***Transport Layer Security***: Segurança da Camada de Transporte

## ANEXOS



### FACULDADE DO VALE DO JURUENA

### CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

#### QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Este questionário será aplicado no Comércio de Juína-MT, com o objetivo de colher dados e informações para composição da **PESQUISA**, desenvolvido durante a elaboração do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) da acadêmica **Luana de Oliveira Trindade**, orientada pelo Prof<sup>ª</sup>: Jaqueline da Silva Marques, que tem como tema, **NFE 4.0: Impactos causados no Comércio de Juína-MT com a implantação da versão 4.0.**

- 1) Qual o cargo da pessoa que irá responder este questionário?
  - a) Operador de caixa
  - b) Auxiliar administrativo
  - c) Gerente
  - d) Proprietário
  - e) Outros \_\_\_\_\_
  
- 02) A quanto tempo a empresa utiliza a NF-e?
  - a) Menos de um ano
  - b) Mais de dois anos
  - c) Mais de cinco anos
  - d) Não sabe há quanto tempo
  
- 03) A empresa estava ciente sobre a implantação da nova versão da NF-e 4.0, no dia 02 de agosto de 2018?
  - a) Sim

- b) Não
- c) Não ouviu falar
- d) O contador não o alertou sobre o assunto

04) A empresa sabe quais são as alterações que estão ocorrendo na versão 4.0??

- a) Sim
- b) Não
- c) Sim, mas não buscou mais informações
- d) Não possui conhecimento sobre as alterações

05) Qual a visão da empresa sobre essas mudanças tecnológicas da NF-e, que a Receita Federal propõe?

- a) Necessária
- b) Sem necessidade
- c) Não cumpre com o que propõe
- d) Só aumentam os custos da empresa

06) Houve algum tipo de gasto com tecnologia para esta implantação?

- a) Necessário alguns ajustes
- b) Não houve gasto nenhum
- c) Futuramente terá que gastar
- d) Houve gastos muito grande, por falta de conhecimento

07) Quais os setores envolvidos na implantação da NF-e?

- a) Tecnológico
- b) Fiscal/Tributário
- c) Financeiro
- d) Jurídico

08) Na sua opinião quais as vantagens da NF-e para a empresa?

- a) Rapidez no acesso

- b) Rapidez na troca de informações
- c) Redução de custos
- d) Possui melhoria na qualidade do atendimento

09) Qual é a percepção da empresa em relação as informações passadas pelo contador sobre essas atualizações?

- a) Não há repasse das informações
- b) A empresa não se interessa nessas informações
- c) Houve repasse das informações
- d) A empresa não quer manifestar sua opinião

10) A empresa acessa o site da Receita Federal para estar atualizada sobre todas as mudanças que ocorre?

- a) Nunca acessou
- b) Não sabia que lá possui informações
- c) Acessa diariamente
- d) Não tem interesse